



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581

e-mail: secex-sergio@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO - 2016
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PROCESSO N.º:	82058/2016
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE
CNPJ:	03.238.888/0001-93
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
Ordenador de Despesas:	JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA
RELATOR:	SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	NOVO HORIZONTE DO NORTE
NÚMERO OS:	6471/2017
EQUIPE TÉCNICA:	GONCALO DA COSTA OLIVEIRA FREITAS



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. GESTORES.....	6
3. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA.....	6
4. RESULTADO DA ANÁLISE DAS AÇÕES DE GOVERNO.....	7
4.1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município).....	7
4.1.1. Plano Plurianual - PPA.....	7
4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.....	8
4.1.3. Lei Orçamentária Anual - LOA.....	9
4.1.3.1. Alterações Orçamentárias.....	9
4.1.4. Execução Orçamentária dos Programas de Governo.....	11
4.1.4.1. Execução Orçamentária.....	11
5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS.....	16
5.1. Responsabilidade Técnica.....	16
5.2. Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320/64).....	17
5.2.1. Resultado da arrecadação orçamentária - quociente de execução da receita (QER).....	17
5.2.2. Quociente de execução da despesa (QED).....	18
5.2.3. Resultado da Execução Orçamentária - quociente do resultado da execução orçamentária (QREO).....	18
5.3. BALANÇO FINANCEIRO (Anexo 13 da Lei nº 4.320/64).....	19
5.3.1. Restos a pagar.....	19
5.3.1.1. Quociente de disponibilidade financeira para pagamento de restos a pagar.....	20
5.3.1.2. Quociente de inscrição de restos a pagar.....	20
5.3.1.3. Resultado dos Saldos Financeiros (Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros).....	21
5.4. BALANÇO PATRIMONIAL (Anexo 14 da Lei nº 4.320/64).....	21
5.4.1. Situação financeira - Quociente da Situação Financeira (QSF) - Exceto RPPS.....	21
5.4.2. Dívida Pública.....	22
5.4.2.1. Quociente do Limite de Endividamento - QLE.....	23
5.4.2.2. Quociente da Dívida Pública Contratada (QDPC).....	23
5.4.2.3. Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP).....	24
5.5. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA.....	25
5.6. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA.....	27
5.6.1. Despesa Total.....	27
5.6.2. Educação.....	28
5.6.2.1. Limites Constitucionais e Legais.....	28
5.6.2.1.1. Ensino.....	28
5.6.2.1.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.....	29
5.6.2.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da educação.....	29
5.6.2.2.1. Indicadores da educação - rede municipal.....	30



5.6.3. Saúde.....	32
5.6.3.1. Limites Constitucionais e Legais.....	32
5.6.3.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da saúde.....	33
5.6.3.2.1. Indicadores da saúde.....	33
5.6.4. Pessoal.....	35
5.6.4.1. Regime Previdenciário.....	35
5.6.4.2. Limites Legais.....	35
5.7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	37
5.8. TRANSPARÊNCIA.....	37
5.8.1. Audiências públicas.....	38
5.8.2. Publicação de demonstrativos fiscais e atos oficiais.....	39
5.8.3. Conselhos.....	39
5.8.4. Conselhos Tutelares.....	39
5.8.5. Prestação de Contas Anuais de Governo.....	40
5.8.6. Comissão de Transição.....	41
6. POSTURA ANTE OS ALERTAS E RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO.....	41
7. LIMITES DE GASTOS DA CÂMARA MUNICIPAL.....	46
8. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES.....	47
9. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO.....	47
Anexo 1 - ORÇAMENTO.....	49
Quadro 1.1 - Créditos Adicionais do Período - Anexo.....	49
Quadro 1.2 - Despesas por Categoria Econômica.....	55
Quadro 1.3 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias.....	55
Quadro 1.4 - Alterações Orçamentárias Leis Autorizativas.....	55
Anexo 2 - ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS.....	58
Quadro 2.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO (Exceto Operações Intraorçamentárias).....	58
Quadro 2.2 - Resultado Orçamentário Consolidado do RPPS - Exceto Intra.....	58
Quadro 2.3 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado.....	59
Anexo 3 - RESTOS A PAGAR.....	60
Quadro 3.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados.....	60
Quadro 3.2 - Indicador de Disponibilidade Financeira por Fonte do Município - Exceto RPPS.....	61
Quadro 3.3 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2016 – Poder Executivo (ART. 42 – LRF).....	64
Quadro 3.4 - Disponibilidade para Pagamento de RP - 31/12/2016 - Poder Executivo (ART. 42 – LRF).....	68
Anexo 4 - DÍVIDA.....	72
Quadro 4.2 - Dívida Consolidada Líquida - RPPS.....	72
Quadro 4.3 - Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP).....	72
Quadro 4.4 - Dívida Pública Contratada no Exercício.....	73
Quadro 4.5 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS.....	73
Quadro 4.6 - Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS.....	73
Anexo 5 - RECEITA.....	76
Quadro 5.1 - Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita.....	76
Quadro 5.2 - Receita Corrente Líquida (RCL).....	76



Quadro 5.3 - Deduções para RCL.....	77
Anexo 6 - ENSINO.....	78
Quadro 6.1 - Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212, CF).....	78
Quadro 6.2 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF).....	78
Quadro 6.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para pagamento de RP Processados do Ensino.....	79
Quadro 6.4 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	79
Quadro 6.5 - Gastos com Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério. Recursos FUNDEB.....	80
Anexo 7 - SAÚDE.....	81
Quadro 7.1 - Receita base para aplicação em ações e serviços públicos de saúde.....	81
Quadro 7.2 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde.....	81
Quadro 7.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para Pagamento de Restos a Pagar da Saúde.....	82
Quadro 7.4 - Despesas não consideradas como ações e serviços públicos de Saúde.....	83
Anexo 8 - PESSOAL.....	84
Quadro 8.1 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo /Janeiro a Junho.....	84
Quadro 8.2 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo /Julho a Dezembro.....	86
Quadro 8.3 - Gastos com pessoal. Poderes Executivo e Legislativo (arts. 18 a 22 da LRF).....	88
Quadro 8.4 - Gastos com pessoal. Poder Legislativo (arts. 18 a 22 LRF).....	89
Quadro 8.5 - Apuração do cumprimento do limite legal individual - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016.....	89
Quadro 8.6 - Apuração do cumprimento do limite legal - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016.....	90
Quadro 8.7 - Gastos com Pessoal Detalhado.....	90
Anexo 9 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL.....	94
Quadro 9.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art.29-A, CF).....	94
Quadro 9.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF).....	94



1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição Federal, ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 e aos arts. 29, inciso I e 149, inciso V da Resolução Normativa nº 14/2007/TCE-MT, apresenta-se o Relatório de Auditoria com o resultado do exame das contas anuais do Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE, exercício financeiro de 2016 com o objetivo de subsidiar a emissão do Parecer Prévio sobre as Contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Este relatório foi elaborado no período de 06 a 14 de junho de 2017 na sede do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 6471/2017, e em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis à Administração Pública, bem como aos critérios contidos na legislação vigente.

Características do Município:

Data de Criação do Município	13/5/1986
Área Geográfica	879662 Km²
Distância Rodoviária do Município à Capital	670,2 Km
Estimativa de População do Município - IBGE - 2016	3.845

Site: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

Parecer Prévio pelo TCE-MT de 2012 a 2015

Exercício 2012	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO
Exercício 2013	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO
Exercício 2014	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO
Exercício 2015	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO

Sistema Control-P

IGFM – Índice de Gestão Fiscal dos Municípios – 2012 a 2016

Trata-se de uma ferramenta que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso, subsidiados pelos dados recebidos por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC.

Mediante a análise da evolução do IGFM - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS nos últimos cinco anos é possível compreender qual é o atual cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.



O indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:

1. Índice da Receita Própria Tributária: Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.
2. Índice da Despesa com Pessoal: Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.
3. Índice de Investimentos: Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.
4. Índice de Liquidez: Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.
5. Índice do Custo da Dívida: Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.
6. IGFM Resultado Orçamentário do RPPS: avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:

- a) Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA): resultados superiores a 0,8 pontos.
- b) Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos.
- c) Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos.
- d) Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,4 pontos.

Segue quadro que apresenta o resultado histórico do IGF do município de .

Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Liquidez	IGFM - Investimento	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
2012	0,18	0,47	0,21	0,93	0,00	0,70	0,43	115
2013	0,19	0,37	0,40	0,14	0,00	0,62	0,28	134
2014	0,25	0,39	0,18	0,79	0,00	0,57	0,38	127
2015	0,84	0,72	1,00	0,32	0,00	0,71	0,65	47
2016	0,23	0,62	0,81	0,50	0,00	0,86	0,52	72

Site TCE (índice IGFM TCE-MT)

Da análise do quadro acima, pode-se constatar:

No exercício de 2016 o município de Novo Horizonte do Norte teve sua classificação do IGFM Geral, como gestão-C, ou seja, em situação de dificuldade, houve piora na posição no ranking de 2015 para 2016, pois passou de 47º para 72º.

A seguir demonstra-se o resultado do IGFM do município em 2016:

IGFM -Receita Própria - 0,23 - classificação D, isto é, gestão crítica.

IGFM -Gasto de Pessoal - 0,62 - classificação B, isto é, boa gestão;

IGFM -Liquidez – 0,81 - classificação A, isto é, gestão de excelência;

IGFM -Investimento - 0,50 - classificação C, isto é, gestão em dificuldade.



2. GESTORES

As contas do Município no exercício de 2016 estiveram sob gestão conforme segue:

Prefeito Municipal:

NOME	CARGO	PERÍODO
JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA	GESTOR	01/01/2016 a 31/12/2016

Control-p

Presidente da Câmara:

NOME:	PERÍODO:
FLORENTINO FARIAS LEITE	01/01/2016 a 31/12/2016

Control-P

3. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração pública municipal:

a) PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

- Prefeitura Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

Administração Indireta
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE



b) PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE

4. RESULTADO DA ANÁLISE DAS AÇÕES DE GOVERNO

Este tópico trata da análise das ações de governo.

4.1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos de que os Entes Federativos se utilizam para demonstrar quais planos e programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento:

- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Lei Orçamentária Anual – LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

As peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT conforme estabelecido no art. 166, e incisos, da Resolução Normativa TCE-MT nº 14/2007, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo.

Nesse sentido, foram realizados exames nas referidas peças e em suas alterações a fim de verificar as situações encontradas com os critérios estabelecidos pelas normas que tratam a matéria.

A seguir serão descritas as informações de interesse à emissão do Parecer Prévio, bem como as irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

4.1.1. Plano Plurianual - PPA



O PPA foi instituído pela Constituição Federal de 1988 que dispõe em seu art. 165, I, § 1º:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

(...)

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA é um planejamento estratégico de médio prazo (4 anos), no qual estão inseridos os programas que o governo pretende realizar, ordenando as respectivas ações para que se atinja os objetivos e metas estabelecidos nos quatro anos de mandato.

O PPA do Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE para o quadriênio 2013 a 2017, foi instituído pela Lei nº 1017, de 29/11/2013, e foi protocolada sob o nº 315028/2013 no TCE-MT em 30/12/2013, portanto, em conformidade com o estabelecido no art. 166, II, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que estabelece o encaminhamento dessa peça de planejamento até 31 de dezembro do ano em que foi votada.

O PPA não foi alterado nos exercícios de 2013 a 2017, conforme informações enviadas para o sistema Aplic.

4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Inovação estabelecida na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO dispõe sobre as metas e prioridades do Poder Público, incluindo as despesas de capital para o exercício seguinte, disciplina a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, dispõe sobre as modificações da legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO é o instrumento estabelecido na Constituição Federal para fazer a ligação entre o PPA e a LOA, tendo como objetivo primeiro o estabelecimento dos parâmetros necessários à alocação de recursos no orçamento anual, de forma a viabilizar, na medida do possível, o atingimento das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no PPA que foram priorizados na LDO.

A LDO do Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE, para o exercício de , foi instituída pela Lei nº 1110, de 22/07/2015, foi protocolada sob o nº 285854/2015 no TCE-MT em 29/12/2015, de acordo, portanto, com o art. 166, II, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que determina o prazo final para seu encaminhamento a este Tribunal até o dia 31 de dezembro do ano em que foi votada.



1) A LDO dispõe sobre as matérias definidas na legislação (art. 165, § 2º, da Constituição Federal e art. 4º da LRF).

Art. 165, § 2º, da Constituição Federal e art. 4º da LRF.

4.1.3. Lei Orçamentária Anual - LOA

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes dos Entes Federativos, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o Orçamento de Investimento das empresas em que os Entes, direta ou indiretamente, detenham a maioria do capital social com direito a voto; e o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A elaboração da LOA será orientada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e compatibilizada com o Plano Plurianual (PPA).

A LOA do Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE para o exercício de 2016 foi publicada no dia 16/12/2015, conforme Lei nº 1.123, de 15/12/2015, e foi protocolada sob o nº 7498/2016 no TCE-MT em 15/01/2016, de acordo, portanto, com o art. 166, I, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que determina o prazo final de envio dessa peça de planejamento até o dia 15 de janeiro de cada ano.

A referida peça de planejamento estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 17.098.000,00. Deste valor destinou-se R\$ 1.732.756,65 aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). Não houve orçamento de investimento.

1) A LOA foi elaborada de forma compatível com o PPA e a LDO. (art. 165, § 7º, CF; art. 5º, LRF).

Art. 165, § 7º, CF; art. 5º, LRF.

2) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal, da seguridade social (art. 165, § 5º da CF).

Art. 165, § 5º da CF.

3) A LOA dispõe sobre as matérias definidas na legislação e atende o princípio da exclusividade (art. 165, §§ 5º ao 8º, CF; art. 5º, LRF).

Art. 165, §§ 5º ao 8º, CF; art. 5º, LRF.

4.1.3.1. Alterações Orçamentárias



Durante a execução do orçamento podem ocorrer fatos novos ou imprevisíveis que ampliam ou diminuem as necessidades coletivas planejadas, ocasionando a necessidade de se retificar o orçamento vigente. Esse mecanismo de alteração do orçamento vigente é viabilizado por meio da utilização dos chamados créditos adicionais.

Nesse sentido os créditos adicionais possibilitam que o orçamento seja readequado às reais necessidades da coletividade, consistindo em autorizações de despesas não previstas inicialmente ou insuficientemente dotadas.

Os Créditos Adicionais estão disciplinados pelos arts. 166, 167 e 168 da Constituição Federal, bem como nos arts. 40 a 46 da Lei nº 4.320/64.

Na tabela abaixo demonstra-se as alterações realizadas no Orçamento de mediante a abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município de , e o correspondente orçamento final.

Créditos Adicionais do Período:

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
R\$ 17.098.000,00	R\$ 5.443.242,50	R\$ 119.725,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.819.968,22	R\$ 18.841.000,00	10,19%

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais por Unidade Orçamentária.

Créditos Adicionais – por fonte de financiamento:

RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 5.558.968,22
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 0,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 4.000,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento.

A série histórica da Lei Orçamentária, no período de 2012 a 2016, indica que a administração municipal vem aumentando/diminuindo a estimativa de suas receitas, conforme se pode observar:

HISTÓRICO DO ORÇAMENTO					
	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Estimada - R\$	R\$ 11.150.149,66	R\$ 12.995.405,61	R\$ 13.318.448,33	R\$ 17.527.368,99	R\$ 17.098.000,00
Variação %	-	16,54%	2,48%	44,66%	-2,45%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (exercício em análise).



Da análise das alterações orçamentárias realizadas por meio de créditos adicionais constatou-se o que segue:

1) Não houve autorização para abertura de créditos adicionais ilimitados (art. 167, inc. VII, CF).

Art. 167, inc. VII, CF.

2) Os créditos adicionais suplementares e especiais foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo (art. 167, inc. V, CF; art. 42, L. 4.320/64).

art. 167, inc. V, CF; art. 42, L. 4.320/64

3) Os créditos adicionais - suplementares ou especiais foram abertos com a indicação dos recursos efetivamente existentes (art. 167, inc. V, CF).

(art. 167, inc. V, CF)

4) Na abertura do crédito adicional especial assegurou-se a compatibilidade com a LDO (art. 165, § 7º, CF; art. 5º, LRF).

(art. 165, § 7º, CF; art. 5º, LRF)

5) A transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro ocorreram com prévia autorização legislativa (art. 167, inc. VI, CF).

(art. 167, inc. VI, CF).

6) Não houve abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistente (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, da Lei nº 4.320/1964).

(art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, da Lei nº 4.320/1964).

4.1.4. Execução Orçamentária dos Programas de Governo

Demonstra-se, a seguir, o resultado da execução do orçamento sob a ótica do cumprimento das metas previstas no PPA e LDO e da realização de programas de governo e dos orçamentos:

4.1.4.1. Execução Orçamentária

Programas de Governo – Previsão e Execução:



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Previsão Atualizada
0001	ACAO DO PODER LEGISLATIVO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0028	ACOES DA SECRET MUN DE EDUC CULT ESPORTES E LAZER	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0007	ACOES DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0006	ACOES DA VIGILANCIA SANITARIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0003	ACOES DE APOIO E ASSIST. A CRIANCA E O ADOLESCENTE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0046	ACOES DE GESTAO DO SUS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0002	ACOES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0101	ACOES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA	R\$ 1.523.100,00	R\$ 1.470.300,00	R\$ 1.294.768,12	88,06%
0103	ACOES DE NATUREZA FINANCEIRA	R\$ 1.362.188,04	R\$ 1.270.972,32	R\$ 1.204.309,79	94,75%
0020	ACOES DE NATUREZA FINANCEIRA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0021	ACOES DE PLANEJAMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0026	ACOES DO 60 FUNDEB	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0122	ACOES PARA ATENDER ALUNOS DO ENSINO MEDIO	R\$ 14.800,00	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	0,00%
0105	ACOES PARA O DESEMPENHO PROFISSIONAL E GERENCIAL DOS SERV DA EDUCACAO	R\$ 425.000,00	R\$ 510.750,00	R\$ 473.255,24	92,65%
0104	ACOES VOLTADA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 1.795.577,00	R\$ 1.847.517,00	R\$ 1.608.898,12	87,08%



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Previsão Atualizada
0009	ACOES VOLTADAS A CRIANCA DE 0 A 6 ANOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0010	ACOES VOLTADAS P/ EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0107	ACOES VOLTADAS PARA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	R\$ 205.305,00	R\$ 125.305,00	R\$ 73.717,88	58,83%
0106	ACOES VOLTADAS PARA ENSINO DE QUALIDADE A CRIANCA DE 0 A 6 ANOS	R\$ 1.067.692,73	R\$ 1.092.942,73	R\$ 908.764,44	83,14%
0008	ACOES VOLTADAS PARA ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0108	ACOES VOLTADAS PARA EDUCACAO ESPECIAL	R\$ 20.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 0,00	0,00%
0027	ACOES 40 FUNDEB	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0012	APOIO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0033	AQUIS. MOV. EQUIP. PERM. - PDDE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
1117	AQUISICAO DE IMOVEL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0034	AQUISICAO DE ONIBUS OU MICRO ONIBUS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0109	ASSEGURAR OS RECURSOS DO FUNDEB PARA OS PROFISSIONAS E ALUNOS DA EDUC BASICA	R\$ 21.500,00	R\$ 28.000,00	R\$ 18.764,25	67,01%
0117	ASSISTENCIA AS FAMILIAS DE BAIXA RENDA	R\$ 769.000,00	R\$ 866.100,00	R\$ 641.205,29	74,03%
0038	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Previsão Atualizada
0018	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0115	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	R\$ 83.000,00	R\$ 86.000,00	R\$ 58.747,16	68,31%
0023	ATENCAO A TERCEIRA IDADE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0024	ATENCAO AOS PORTADORES DE DEFICIENCIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0112	AUMENTAR A QUALIDADE DE ATENDIMENTO NAS ATIVIDADES DESENV DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R\$ 1.781.911,18	R\$ 2.498.361,18	R\$ 1.944.150,95	77,81%
0035	CONSTR/AMPL DA REDE FISICA DA EDUCACAO INFANTIL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
1115	CONSTRUCAO DE UNIDADES HABITACIONAIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
2056	CONTRIBUICAO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENT SOCIO ECONO E AMBIENTAL DO VALE DO ARINOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0025	DESENVOLVER ACOES DE ASSIST. SOCIAL GERAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0011	DESENVOLVER ACOES DE GESTAO DO SUS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0004	DESENVOLVER ACOES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0037	DESENVOLVER ACOES VOLTADAS AOS PEQ. PRODUTORES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Previsão Atualizada
0030	DESENVOLVER ACOES VOLTADAS AOS PEQ. PRODUTORES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0118	DESENVOLVIMENTO SOCIECONOMICO SUSTENTAVEL	R\$ 443.000,00	R\$ 277.300,00	R\$ 241.769,56	87,18%
0013	DESPORTO COMUNITARIO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0047	DIFUSAO DA CULTURA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0019	DIFUSAO DA CULTURA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0017	ENERGIA ELETRICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0119	EVENTOS ESPORTIVOS	R\$ 243.700,00	R\$ 156.500,00	R\$ 120.154,46	76,77%
0005	FORTALECIMENTO DA ATENCAO BASICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0029	GESTAO AMBIENTAL	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0113	GESTAO SUS	R\$ 223.000,00	R\$ 216.600,00	R\$ 170.786,04	78,84%
0015	INFRA - ESTRUTURA URBANA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0121	MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVICOS	R\$ 262.500,00	R\$ 127.067,50	R\$ 118.067,50	92,91%
0102	PLANEJAMENTO	R\$ 31.000,00	R\$ 21.200,00	R\$ 19.052,63	89,87%
0100	PROCESSO LEGISLATIVO	R\$ 586.803,85	R\$ 611.803,85	R\$ 610.634,49	99,80%
0031	PROGRAMA HABITACIONAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0039	PROGRAMA HABITACIONAL MEU TETO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0110	PROMOCAO DE EVENTOS ARTISTICOS E CULTURAIS	R\$ 229.810,00	R\$ 192.000,00	R\$ 129.953,75	67,68%
0116	PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA	R\$ 2.561.692,20	R\$ 3.733.792,20	R\$ 3.606.050,71	96,57%



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Previsão Atualizada
0111	REALIZAR SERVICOS DE SAUDE C/EFICIENCIA AS FAMILIAS ATENDIDAS PELA ATENCAO BASICA	R\$ 1.659.520,00	R\$ 1.976.788,22	R\$ 1.460.069,18	73,86%
0022	REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0120	REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 621.660,54	41,44%
9999	RESERVA DE CONTIGENCIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0036	SANEAMENTO BASICO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0014	SERVICOS URBANOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0032	SERVICOS URBANOS E SANEAMENTO BASICO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0016	TRANSPORTE RODOVIARIO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0114	VIVER MAIS COM QUALIDADE	R\$ 237.900,00	R\$ 209.900,00	R\$ 118.219,30	56,32%
		R\$ 17.098.000,00	R\$ 18.841.000,00	R\$ 15.442.999,40	
		R\$ 17.098.000,00	R\$ 18.841.000,00	R\$ 15.442.999,40	81,96%

APLIC>Informes Mensais>Despesa>Despesa Orçamentária por Programa.

5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Este Tópico tem por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação financeira, patrimonial, orçamentária e econômica do Município.

5.1. Responsabilidade Técnica



A contabilidade do município foi consolidada na Prefeitura Municipal, sob a responsabilidade de:

Nome:	Período:	CRC:
LUIZ CARLOS BACHEGA	01/01/2016 a 31/12/2016	5323

Control-P

5.2. Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320/64)

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil em que se comparam as receitas previstas em confronto com as realizadas, assim como as despesas fixadas e as realizadas.

Sua análise permite verificar se há compatibilidade ou não entre planejamento (valores da Lei Orçamentária) e execução, entre autorizações e realizações, em resumo, entre entradas de recursos e suas aplicações.

Abaixo seguem análises por quocientes do Balanço Orçamentário do exercício de 2016 do Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE :

5.2.1. Resultado da arrecadação orçamentária - quociente de execução da receita (QER)

Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1), ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

1) quociente de execução da receita (QER)

A	RECEITA LÍQUIDA PREVISTA - Exceto intra	R\$ 16.452.800,00
B	RECEITA LÍQUIDA ARRECADADA - Exceto intraorçamentaria	R\$ 16.654.108,96
QER	B/A	1,012

Esse resultado indica que a receita arrecadada é maior do que a prevista – excesso de arrecadação.



5.2.2. Quociente de execução da despesa (QED)

Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).

1) Quociente de execução da despesa (QED)

A	DESP ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) - Previsão Atualizada	R\$ 18.065.060,00
B	DESP ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) - Execução	R\$ 14.719.985,33
QED	B/A	0,814

Esse resultado indica que despesa realizada é menor do que a autorizada – economia orçamentária.

As despesas foram realizadas com observância ao limite do crédito orçamentário (art. 167, inc. II, CF).

5.2.3. Resultado da Execução Orçamentária - quociente do resultado da execução orçamentária (QREO)

A seguir apresenta-se histórico da execução orçamentária de 2012 a 2016:

	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Arrecadada	R\$ 10.872.100,97	R\$ 12.076.392,91	R\$ 12.563.591,08	R\$ 14.491.281,59	R\$ 14.975.645,59
Despesas Realizadas	R\$ 12.327.211,24	R\$ 10.392.570,96	R\$ 12.693.016,13	R\$ 12.525.471,70	R\$ 14.098.324,79
Resultado Orçamentário (R\$)	-R\$ 1.253.387,92	R\$ 1.682.821,95	-R\$ 129.425,05	R\$ 1.861.459,81	R\$ 877.320,80

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Aplic (exercício atual)

A partir de 2015, os valores da Receita e Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo Único da Resolução Normativa TCE/MT nº 43/2013 (Diretrizes para apuração e valoração do Resultado da Execução



Orçamentária nas Contas de Governo dos Fiscalizados), demonstrados no Anexo 2 – Análise dos Balanços Consolidados, Quadro 2.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - Exceto Operações Intraorçamentárias.

O quociente do resultado da execução orçamentária tem por objetivo verificar se houve superávit orçamentário (indicador maior que 1), ou déficit orçamentário (indicador menor que 1).

Da análise dos quocientes do Balanço Orçamentário constatou-se o que segue:

1) Resultado da Execução Orçamentária

A	RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 14.975.645,59
B	DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 14.098.324,79
QREO	A/B	1,062

Esse resultado indica que receita arrecadada é maior do que a despesa realizada em R\$ 877.320,80 (oitocentos e setenta e sete mil trezentos e vinte reais e oitenta centavos), ou seja, superávit orçamentário de execução.

Não houve déficit de execução orçamentária (arts. 169, CF e 9º, LRF).

5.3. BALANÇO FINANCEIRO (Anexo 13 da Lei nº 4.320/64)

O Balanço Financeiro é demonstração obrigatória para a contabilidade pública.

Por meio deste demonstrativo contábil é possível analisar a gestão financeira do Município, pois representa um grande fluxo de caixa da administração pública. Evidencia o saldo financeiro do exercício anterior, que, acrescido das receitas arrecadadas e subtraído das despesas realizadas, resulta no saldo financeiro para o exercício seguinte.

Abaixo seguem análises por quocientes do Balanço Financeiro do exercício de 2016 do Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE :

5.3.1. Restos a pagar

Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante do Exercício. Dividem-se em processados (despesas liquidadas e não pagas) e em não processados (despesas apenas empenhadas).



1) Não houve contratação de obrigação de despesas nos 02 últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade de caixa, cumprindo assim com o art. 42, caput e Parágrafo Único da LC nº 101/2000.

5.3.1.1. Quociente de disponibilidade financeira para pagamento de restos a pagar

O cálculo da Disponibilidade Financeira por Fonte de recursos encontra-se detalhado no Quadro 3.2 do Anexo 3 (Restos a Pagar) deste Relatório de Contas de Governo.

Este quociente tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados e Não Processados).

1) Quociente de disponibilidade financeira - Exceto RPPS

A	Disponibilidade Bruta - Exceto RPPS	R\$ 3.442.706,78
B	Obrigações Financeiras - Exceto RPPS	R\$ 0,00
D	Restos a Pagar não Processados - Exceto RPPS	R\$ 1.969.889,83
C	Restos a Pagar Processado - Exceto RPPS	R\$ 1.352.565,80
QDF	$(A-B)/(C+D)$	1,036

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar (Processados e Não Processados), há R\$ 1,036 de disponibilidade financeira.

5.3.1.2. Quociente de inscrição de restos a pagar

Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

1) quociente de inscrição de restos a pagar

B	TOTAL DESPESAS - EXECUÇÃO	R\$ 15.442.999,40
A	TOTAL INSCRIÇÃO	R\$ 2.516.520,53
QIRP	A/B	0,162



Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,162 foram inscritos em restos a pagar no exercício.

5.3.1.3. Resultado dos Saldos Financeiros (Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros)

Este indicador é obtido por meio da relação entre o Saldo Financeiro para o Exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior e tem por objetivo indicar o resultado financeiro sobre o saldo em espécie. Caso o indicador seja maior que 1, houve saldo financeiro positivo. Se for menor que 1, houve saldo financeiro negativo.

1) Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

B	Saldo Financeiro do ano anterior	R\$ 2.135.431,73
A	Saldo financeiro do ano seguinte	R\$ 3.442.706,78
QRSF	A/B	1,612

Isso demonstra que o saldo que passa para o próximo exercício é maior do que o saldo do exercício anterior, constitui-se num saldo financeiro positivo, ou seja, os recebimentos do exercício foram maiores do que os pagamentos do exercício em R\$ 1.307.275,05.

5.4. BALANÇO PATRIMONIAL (Anexo 14 da Lei nº 4.320/64)

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que apresenta de forma qualitativa e quantitativa a posição patrimonial e financeira da empresa em um determinado período de tempo. Este demonstrativo é estático e pode-se dizer que representa uma "fotografia" do patrimônio do Município naquele dado momento.

Abaixo seguem análises por quocientes do Balanço Patrimonial do exercício de 2016 do Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE :

5.4.1. Situação financeira - Quociente da Situação Financeira (QSF) - Exceto RPPS



Este indicador é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1).

Este último, pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte. No entanto, para fins de abertura de crédito adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

O Cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS, encontra-se no Quadro 4.5 do Anexo 4 (Dívida) deste Relatório de Contas de Governo.

1) Quociente da Situação Financeira (QSF) - Exceto RPPS

A	TOTAL ATIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 3.442.706,78
B	TOTAL PASSIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 3.397.757,69
QSF	A/B	1,013

Esse resultado indica que houve superávit financeiro.

5.4.2. Dívida Pública

Conforme estabelecido no art. 29, inc. I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inc. III, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos. (art. 1º, § 1º, inc. V, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal).

1) Não foi realizada contratação de operações de crédito nos 120 dias anteriores ao final do mandato do chefe do Executivo, cumprindo assim o comando contido no art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.



2) Não houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita no último ano de mandato, descumprindo o art. 38, IV, "b", da Lei Complementar nº 101/2000, art. 15, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

5.4.2.1. Quociente do Limite de Endividamento - QLE

O Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro 5.1 (Dívida Consolidada Líquida - LRF, art. 55, inciso I, alínea "b"), Exceto RPPS, do Anexo 5 (Dívida Pública).

Conforme art. 52, inc. VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF).

Assim, o art. 3º, II, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).

1) O montante da dívida consolidada líquida está adequado ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

2) Quociente do Limite de Endividamento - QLE - Exceto RPPS

B	RCL	R\$ 14.680.040,76
A	DCL	R\$ 0,00
QLE	A/B	0,000

Este resultado indica que a soma das obrigações de longo prazo é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

Este resultado indica cumprimento do limite legal (art. 3º, II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001).

5.4.2.2. Quociente da Dívida Pública Contratada (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com



organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas "operações de crédito", definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, como "os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros".

O art. 7º, I, da Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida (RCL).

1) A contratação da dívida está adequada ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

2) Quociente da Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC)

B	RCL	R\$ 14.680.040,76
A	TOTAL DA DIVIDA	R\$ 0,00
QDPC	A/B	0,000

De acordo com as informações do Sistema APLIC, não houve contratação de dívida no exercício em análise.

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001).

5.4.2.3. Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

Os Dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, II, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

1) A amortização, juros e demais encargos da dívida consolidada estão adequados ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

2) Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

B	RCL	R\$ 14.680.040,76
A	Total Dispêndios da Dívida Pública	R\$ 220.771,62



QDDP	A/B	0,015
------	-----	-------

Esse resultado indica que a soma dos dispêndios da dívida pública é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, II, da Resolução do Senado nº 43/2001).

5.5. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Da análise da Receita Consolidada constatou-se o que segue:

Para o exercício, a Receita Total prevista, inclusive Intraorçamentária, foi de R\$ R\$ 17.098.000,00 , sendo arrecadado o montante de R\$ 17.648.183,29 , conforme demonstrado no Quadro 5.1 do Anexo 5.

A série histórica das receitas orçamentárias do Município (Exceto Intraorçamentária), no período de 2012/2016, revela crescimento / diminuição significativo(a) na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Origens das Receitas	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Correntes	R\$ 9.487.889,38	R\$ 10.313.734,58	R\$ 11.385.720,04	R\$ 13.963.551,59	R\$ 15.250.390,97
Receita Tributária	R\$ 214.033,64	R\$ 237.161,81	R\$ 347.927,49	R\$ 1.518.908,69	R\$ 430.101,21
Receita de Contribuição	R\$ 470.158,44	R\$ 787.084,45	R\$ 431.311,13	R\$ 818.904,42	R\$ 488.017,09
Receita Patrimonial	R\$ 410.384,17	R\$ 204.740,30	R\$ 587.292,23	R\$ 538.707,99	R\$ 1.264.369,10
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 212.556,66	R\$ 199.905,54	R\$ 216.916,18	R\$ 238.107,73	R\$ 264.732,98
Transferências Correntes	R\$ 9.436.552,56	R\$ 10.223.502,79	R\$ 11.290.361,30	R\$ 12.314.528,61	R\$ 14.575.013,49
Outras Receitas	R\$ 57.509,06	R\$ 94.812,73	R\$ 78.651,01	R\$ 158.820,36	R\$ 142.513,42
Dedução	-R\$ 1.313.305,15	-R\$ 1.433.473,04	-R\$ 1.566.739,30	R\$ 1.624.426,21	-R\$ 1.914.356,32
Receitas de Capital	1.585.933,94	R\$ 1.762.658,33	R\$ 1.177.871,04	R\$ 527.730,00	R\$ 1.403.717,99
Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.930,00	R\$ 0,00
Transferências de Capital	R\$ 1.585.933,94	R\$ 1.762.658,33	R\$ 1.177.871,04	R\$ 504.800,00	R\$ 1.403.717,99
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização de Empréstimos + Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Origens das Receitas	2012	2013	2014	2015	2016
Total das receitas	R\$ 11.073.823,32	R\$ 12.076.392,91	R\$ 12.563.591,08	R\$ 14.491.281,59	R\$ 16.654.108,96
Receita Tributária Própria	R\$ 232.550,29	R\$ 248.300,75	R\$ 382.581,06	R\$ 1.544.394,24	R\$ 482.353,94
% de Receita Tributária Própria	2,10%	2,05%	3,04%	10,65%	2,89%
% Média de RTP	4,15%				

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Sistema Aplic (exercício atual)

A receita própria em relação ao total de receitas arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de 2,89%, conforme demonstrado no quadro anterior.

Segue abaixo quadro da Receita Tributária Própria.

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
Impostos	R\$ 295.395,00	R\$ 411.144,21	85,23%
IPTU	R\$ 34.595,00	R\$ 20.335,12	4,21%
IRRF	R\$ 42.000,00	R\$ 96.656,92	20,03%
ISSQN	R\$ 118.800,00	R\$ 133.303,82	27,63%
ITBI	R\$ 100.000,00	R\$ 160.848,35	33,34%
Taxas	R\$ 25.200,00	R\$ 18.957,00	3,93%
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
CIP (Contribuição de Iluminação Pública)	R\$ 34.000,00	R\$ 16.965,40	3,51%
Multa / Juros de Mora / Correção Monetária sobre Tributos	R\$ 820,05	R\$ 0,00	0,00%
Dívida Ativa Tributária	R\$ 17.868,05	R\$ 33.301,97	6,90%
Multa / Juros de Mora / Correção Monetária sobre a Dívida Ativa Tributária	R\$ 4.595,00	R\$ 1.985,36	0,41%
TOTAL	R\$ 377.878,10	R\$ 482.353,94	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria.

1) A concessão ou ampliação de incentivo de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita atendeu



às exigências da LDO e do caput e incisos I e II do art. 14 da LRF.

5.6. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

5.6.1. Despesa Total

Para o exercício de 2016, a despesa autorizada, inclusive intraorçamentária, foi de R\$ 18.841.000,00, sendo realizado (empenhado) o montante de R\$ 15.442.999,40.

A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2012/2016, revela aumento/diminuição, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Grupo de despesas	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas correntes	R\$ 8.413.473,42	R\$ 9.449.552,40	R\$ 10.030.713,14	R\$ 11.103.626,73	R\$ 12.156.409,40
Pessoal e encargos sociais	R\$ 4.171.556,82	R\$ 4.542.905,14	R\$ 5.613.788,26	R\$ 5.784.590,95	R\$ 6.869.080,48
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 20.399,25	R\$ 11.437,46	R\$ 28.158,70	R\$ 13.883,28	R\$ 0,00
Outras despesas correntes	R\$ 4.221.517,35	R\$ 4.895.209,80	R\$ 4.388.766,18	R\$ 5.305.152,50	R\$ 5.287.328,92
Despesas de Capital	R\$ 3.506.835,08	R\$ 479.273,66	R\$ 2.174.963,94	R\$ 752.029,90	R\$ 2.563.575,93
Investimentos	R\$ 3.422.004,64	R\$ 380.595,91	R\$ 2.082.859,66	R\$ 593.812,75	R\$ 2.342.804,31
Amortização da Dívida + Inversões Financeiras	R\$ 84.830,44	R\$ 98.677,75	R\$ 92.104,28	R\$ 158.217,15	R\$ 220.771,62
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 487.339,05	R\$ 669.815,07	R\$ 723.014,07
Total das Despesas	R\$ 11.920.308,50	R\$ 9.928.826,06	R\$ 12.693.016,13	R\$ 12.525.471,70	R\$ 15.442.999,40
Variação - %		-16,70%	27,84%	-1,32%	23,29%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e sistema Aplic (exercício atual)



5.6.2. Educação

5.6.2.1. Limites Constitucionais e Legais

5.6.2.1.1. Ensino

A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 212 sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano.

Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2012/2016, indica que a administração municipal de NOVO HORIZONTE DO NORTE vem cumprindo a exigência constitucional, conforme se pode observar:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicado - %	29,90%	25,15%	31,73%	26,40%	30,67%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)

Nesse sentido, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever constitucional por parte do Município, constatou-se que:

1) ENSINO 25%

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.



5.6.2.1.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006.

É um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

O art. 60, em seu inciso XII combinado com o inciso I, dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e o art. 22 da Lei 11.494/2007 dispõem que o Município destinará, no mínimo, 60% da receita do referido Fundo para o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

Apresenta-se abaixo série histórica de remuneração dos profissionais do magistério, período 2012/2016, sendo possível concluir o quanto, percentualmente, o município investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos:

HISTÓRICO - REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO - Limite Mínimo Fixado 60%					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicado - %	83,98%	90,26%	91,64%	98,84%	91,00%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB).

Nesse sentido, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento / descumprimento desse dever por parte do Município no atual exercício, constata-se que:

1) FUNDEB 60%

O percentual destinado para remuneração e valorização dos profissionais do magistério - ensinos infantil e fundamental de (91,00%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 60% estabelecido pela legislação.

5.6.2.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da educação

No período 2012/2016, a avaliação das políticas públicas do Município de apresentou os seguintes resultados:



Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016
Educação - Escore Município	10,0	6,2	10,0	6,6	8,3

Parecer Prévio (exercícios anteriores)

5.6.2.2.1. Indicadores da educação - rede municipal

Apresentam-se, nesse item, os resultados de políticas públicas de educação do Município, obtidos por meio da avaliação do desempenho em dez indicadores de resultados, selecionados de modo a permitir uma análise de diferentes dimensões da política.

Informa-se que os indicadores são calculados a partir de dados extraídos de fontes oficiais, a saber: INEP e IBGE.

Por meio da Resolução Normativa TCE/MT nº 10/2015 foi aprovada a atualização dos resultados de políticas públicas na área da Educação para o ano de avaliação 2014.

A partir da Tabela 1 (Resultados de políticas públicas. Educação. Rede municipal. Comparação Média Brasil) é possível comparar o desempenho do município em relação à média brasileira.

INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2015			VARIÇÃO 2016/2015 (%)
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	SCORE	OBS.	INDICADOR	SCORE	OBS	
Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2015)	54,95	61,45	1	I	60,58	1	I	1,43%
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	7,10	0,00	1	I	2,90	1	I	-100,00%
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2015)	12,90	-1,00		N/A	-1,00		N/A	0,00%
Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	1,30	3,90	0	I	3,40	0	I	14,70%
Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2015)	4,30	-1,00		N/A	-1,00		N/A	0,00%
Distorção Idade-Série - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	16,00	11,90	1	I	18,10	0	I	-34,25%



INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2015			VARIÇÃO 2016/2015 (%)
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	ESCORE_	OBS.	INDICADOR_	ESCORE	OBS	
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	53,80	0,00	1	I	0,00	1	I	0,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 4º Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	50,50	0,00	1	I	0,00	1	I	0,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	54,74	-1,00		N/A	-1,00		N/A	0,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 8º Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	51,47	-1,00		N/A	-1,00		N/A	0,00%

Portal do TCE. Legenda: 'I' informado; 'N/I' Não informado; 'N/A' Não se aplica.

É possível comparar o desempenho do município em relação à média brasileira e também demonstrar a evolução dos indicadores de um ano para o outro. Assim, foram constatados os seguintes resultados:

- taxa de cobertura potencial na Educação Infantil – foi constatado aumento da cobertura potencial na Educação Infantil, de 60,58 para 61,45, permanecendo acima da média Brasil (54,95).
- taxa de reprovação até o 5º Ano do Ensino Fundamental – foi constatada diminuição do indicador, visto que a taxa passou de 2,90 para 0,0 o que demonstra melhora no desempenho neste quesito.
- taxa de reprovação do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental não foi avaliado.
- taxa de abandono até o 5º Ano do Ensino Fundamental – foi constatada aumento do indicador, visto que a taxa de 3,90 foi para 3,40, o que demonstra uma melhora no desempenho do município.
- taxa de abandono do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental não foi avaliado.
- distorção idade-série até 5º Ano do Ensino Fundamental – houve diminuição do indicador visto que passou de 18,10 para 11,90.
- proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil em Matemática (5º Ano) inferior à Média do Brasil – a taxa foi zero fato este que indica ótimo desempenho do município.
- proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil Português (5º Ano) inferior à Média do Brasil – a taxa foi zero fato este que indica ótimo desempenho do município.

Do exposto, verifica-se que o resultado geral do município melhorou, passando de 6,6 para 8,3.



5.6.3. Saúde

5.6.3.1. Limites Constitucionais e Legais

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal.

A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da Constituição Federal. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.

Em 13 de janeiro de 2012, foi publicada a Lei Complementar nº 141 atendendo ao comando do referido dispositivo constitucional.

Em seu art. 7º, a LC nº 141/2012 repetiu o disposto no inciso III do art. 77 do ADCT, ou seja, os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15 % da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

No período 2012/2016, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, atenderam à exigência constitucional, superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicado - %	34,40%	21,01%	21,95%	15,58%	23,86%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde).

Assim, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que:

1) SAÚDE 15%

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15%, de acordo com o que



determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.

5.6.3.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da saúde

No período 2012/2016, a avaliação das políticas públicas do Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE apresentou os seguintes resultados:

Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016
Saúde - Escore Município	6,0	2,0	6,0	6,0	8,0

Parecer Prévio (exercícios anteriores)

5.6.3.2.1. Indicadores da saúde

A seguir, apresentam-se os resultados de políticas públicas de saúde do Município, obtidos por meio da avaliação do desempenho em dez indicadores de resultados, selecionados de modo a permitir uma análise de diferentes dimensões da política.

Informa-se que os indicadores são calculados a partir de dados extraídos de fontes oficiais, a saber: Datasus, Secretaria Estadual de Saúde e IBGE.

Por meio da Resolução Normativa TCE/MT nº 10/2015 foi aprovada a atualização dos resultados de políticas públicas na área da Saúde.

A partir da Tabela 2 (Resultados de políticas públicas. Saúde. Comparação Média Brasil) é possível verificar o desempenho do município em relação à média brasileira.

INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2015			VARIÇÃO 2016/2015 %
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	SCORE	OBS	INDICADOR	SCORE	OBS.	
Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce (2014)	6,81	0,00	1	I	0,00	1	I	0,00%
Taxa de Mortalidade Infantil (2014)	12,90	0,00	1	I	50,00	0	I	-100,00%
Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal (2014)	64,62	89,83	1	I	67,50	1	I	33,08%



INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2015			VARIÇÃO 2016/2015 %
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	SCORE	OBS	INDICADOR	SCORE	OBS.	
Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2015)	19,79	3,65	1	I	3,65	1	I	0,00%
Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular (2014)	48,96	26,11	1	I	0,00	1	I	0,00%
Taxa de Detecção de Hanseníase (2015)	1,41	23,41	0	I	15,67	0	I	49,39%
Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária (2015)	0,42	1,04	1	I	0,45	1	I	131,11%
Taxa de Incidência de Dengue (2015)	806,43	962,29	0	I	0,00	1	I	0,00%
Incidência de Tuberculose todas as formas (2015)	32,20	0,00	1	I	67,50	0	I	-100,00%
Cobertura - Imunizações : Pentavalente (2015)	96,30	210,00	1	I	67,39	0	I	211,61%

Portal do TCE

É possível comparar o desempenho do município em relação à média brasileira e também demonstrar a evolução dos indicadores de um ano para o outro. Logo, constatou-se os seguintes resultados:

- taxa de mortalidade neonatal precoce – se manteve 0,00 na taxa de mortalidade neonatal, ficando abaixo da média Brasil (6,81).
- taxa de mortalidade infantil – foi constatado diminuição de 50,00 para 00,00 na taxa de mortalidade infantil.
- proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal – houve aumento de 67,50 para 89,83 na proporção de nascidos vivos, ficando bem acima da média Brasil (64,62).
- taxa de internação por IRA em menores de 5 anos – manteve estável de 2015 para 2016, em 3,65, ficando abaixo da média Brasil (19,79).
- taxa de mortalidade por doença do aparelho circulatório – houve diminuição de 00,00 para 26,11, ficando abaixo da média Brasil (26,11).
- taxa de detecção de hanseníase – houve de 15,67 para 23,41 na taxa de detecção de hanseníase, o município esta muito acima da média Brasil (1,41).
- razão de exames citopatológicos cérvico-vaginais em mulheres de 25-59 anos – houve um aumento no índice de



0,45 para 1,04, ficando acima da média Brasil (0,42).

h) taxa de incidência de dengue – a taxa de incidência de dengue de 00,00 foi para 962,29. A média Brasil foi de 806,43. Nota-se que a incidência na cidade de Novo Horizonte do Norte está superior a média Brasil. É possível que a taxa de incidência de dengue no exercício de 2015, apontado como 00,00 não seja real, ou não foi levantado esta informação naquele ano.

i) incidência de Tuberculose em todas as formas – houve diminuição de 67,50 para 00,00 no índice, ficando abaixo da média Brasil (32,20).

j) Cobertura - Imunizações : Pentavalente – houve aumento de 67,39 para 210,00, ficando bem acima do indicador da média Brasil (96,30).

Do exposto, o resultado geral do município alterou de 6,00 para 8,00. De um modo geral os indicadores da saúde no município demonstram que a gestão nessa área melhorou.

Considerando as análises apresentadas no item anterior, e visando à melhoria dos resultados dos indicadores avaliados por meio do aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde, recomenda-se ao Plenário deste Tribunal de Contas que determine ao gestor municipal que apresente justificativas para o resultado deficitário nos indicadores, em relação ao próprio desempenho anterior, conforme demonstrado nas alíneas "f" e "h" descrito acima.

5.6.4. Pessoal

5.6.4.1. Regime Previdenciário

Os servidores efetivos do município estão vinculados ao regime próprio (ou geral) de previdência social e os demais, ao regime geral (INSS).

5.6.4.2. Limites Legais



A Lei Complementar nº 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foi aprovada para estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal com a intenção de se promover, entre outros, o equilíbrio das contas públicas.

A própria LRF define o que seria a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecendo os seguintes postulados:

- ação planejada e transparente;
- prevenção de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas;
- garantia de equilíbrio nas contas, via cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, com limites e condições para a renúncia de receita e a geração de despesas com pessoal, seguridade, dívida, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

As despesas com pessoal, em um passado recente, eram realizadas de maneira irresponsável por muitos gestores públicos, sendo uma das causas predominantes no constante desequilíbrio das contas públicas.

Por essa razão a LRF estabeleceu, entre outros, alguns limites relativos às despesas com pessoal e que devem ser observados pelos gestores públicos, inclusive os municipais.

Nesse sentido, o art. 20, III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Recetia Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2012/2016, mantiveram-se abaixo do valor máximo permitido, conforme se observa a seguir:

LIMITES COM PESSOAL - LRF					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Limite máximo Fixado - Poder Executivo	54%				
Aplicado - %	45,54%	49,29%	48,43%	42,95%	44,62%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo	6%				
Aplicado - %	3,24%	3,32%	3,05%	2,73%	2,69%
Limite máximo Fixado - Município	60%				
Aplicado - %	48,78%	52,61%	51,49%	45,69%	47,31%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual.

Da análise das informações é possível verificar o que segue:

1) PESSOAL_01: Limite Legal - Poder Executivo

Nos gastos com pessoal do Poder Executivo foi assegurado o cumprimento do limite de 54%.



Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ R\$ 6.550.377,03, correspondente a 44,62% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, “b” da LRF.

2) PESSOAL_02: Limite Legal - Poder Legislativo

O percentual aplicado assegura o cumprimento do limite constitucional.

Os gastos com pessoal do Poder Legislativo totalizaram o montante de R\$ 395.939,61, correspondente a 2,69% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 6% estabelecido no art. 20, inc. III, “a” da LRF.

3) PESSOAL_03: Limite Legal do Município

O percentual aplicado assegura o cumprimento do limite máximo.

Os gastos com pessoal do Município totalizaram o montante de R\$ 6.946.316,64, correspondente a 47,31% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 60% estabelecido no art. 19, inc. III, da LRF.

5.7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O (A) responsável pela Unidade de Controle Interno do Poder Executivo, cujos dados pessoais são os seguintes:

NOME	DATA INÍCIO	DATA FIM
Ana Rigel Santos Souza	1º/1/2016	31/12/2016

APLIC - Cadastro de Responsáveis.

De acordo com a Lei Municipal nº 929 de 16/03/2012 que altera a Lei Municipal nº 751 de 12/12/2007, que institui o Sistema de Controle Interno – SCI do Município, a Unidade de Controle Interno – UCI da Câmara Municipal subordina-se à unidade de controle interno do Executivo Municipal.

A seguir, destacam-se os aspectos relevantes e as recomendações constantes do Relatório da UCI que integram o Processo de Contas de Governo do Município, bem como as providências adotadas pelo gestor municipal para atendê-las:

5.8. TRANSPARÊNCIA



5.8.1. Audiências públicas

A audiência pública é uma das formas de participação e de controle popular da Administração Pública no Estado Social e Democrático de Direito.

Ela propicia à sociedade a troca de informações com o administrador público, bem como o exercício da cidadania e o respeito ao princípio da transparência na gestão da coisa pública.

Nesse sentido, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece algumas situações nas quais, para se garantir legitimidade do processo, deve-se realizar audiências públicas oportunizando à sociedade a participação na condução de temas de seu interesse.

Assim, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que:

1) Não foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão do PPA, LDO e LOA, em desconformidade com o art. 48, parágrafo único da LRF. DB08.

Dispositivo Normativo:

Art. 48, parágrafo único da LRF

1.1) Não foi realizada audiência pública para elaboração da LDO e da LOA, contrariando o art. 48, parágrafo único da LRF. - DB08

Em pesquisa na internet, e em especial no sítio da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, não foi possível constatar a realização de audiência pública quando da elaboração da LDO e da LOA, ambos para o ano de 2016.

2) O cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre não foi avaliado em audiência pública na Câmara Municipal, em desconformidade com o art. 9º, § 4º, da LRF DB08.

Dispositivo Normativo:

Art. 9º, § 4º, da LRF

2.1) Não constatou-se a realização de audiência pública na Câmara Municipal para avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, contrariando o art. 9, § 4º, LRF. Irregularidade reincidente - DB08

Em pesquisa no sítio da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, não foi constatado a realização de audiência pública na Câmara Municipal para avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre,



contrariando o art. 9, § 4º, LRF.

5.8.2. Publicação de demonstrativos fiscais e atos oficiais

Para a verificação deste item faz-se necessário verificar as publicações na imprensa oficial e sites da prefeitura. A consulta foi realizada via informações prestadas pelos meios informatizados de acordo com a Lei de Acesso a Informação.

1) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, conforme o art. 49 da LRF.

2) Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal foram elaborados e publicados, conforme o art. 48 da LRF.

3) Os atos oficiais da administração foram publicados na imprensa oficial e em outros veículos de comunicação, quando exigido pela legislação e nos prazos legais (art. 37, caput, CF; art. 6º, inc. XIII, L. 8.666/93).

5.8.3. Conselhos

A Constituição Federal de 1988 fortaleceu, em muitos aspectos, a participação da sociedade na gestão das políticas públicas, um desses aspectos foi a criação de vários conselhos cogestores dessas políticas (conselhos de educação, conselhos de saúde, conselhos do Fundeb), desde o âmbito municipal até o federal.

Representantes da comunidade ao atuarem nos conselhos, têm a possibilidade de contribuir para a definição de um plano de gestão das políticas setoriais, o que contribui com a transparência nas alocações dos recursos e favorece a responsabilização de políticos e técnicos da administração pública.

Uma outra significativa atribuição dos conselhos refere-se à atividade de fiscalizar, em sua área de vinculação, exemplo, saúde, educação e assistência social, a gestão e aplicação dos recursos públicos.

Assim, faz-se importantíssimo que sejam disponibilizados aos conselheiros todos os documentos e informações necessários ao exercício de suas atribuições.

No Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE , verificou-se que:

5.8.4. Conselhos Tutelares



Os Conselhos tutelares possuem função diversa dos conselhos de fiscalização de políticas públicas, visando atender crianças e adolescentes que por quaisquer motivos tenham seus direitos ameaçados, trabalhando com medidas, genéricas e/ou específicas, de proteção. Aconselham e atendem pais e responsáveis, sendo também, em alguns casos, necessária sua atuação como agente coibidor de maus tratos, que levará ao conhecimento do Ministério Público e até à Justiça casos de infração à ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como legislações pertinentes à higidez infanto-juvenil.

A Lei 8.069/1990 determina que cada Município deverá ter, no mínimo, um Conselho Tutelar (art. 132), sendo também obrigatória a consignação no orçamento municipal de recursos necessários ao seu funcionamento, bem como a remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares (Parágrafo único do art. 134). Nesse contexto, torna-se fundamental o empenho da administração municipal na boa execução da missão institucional dessas instituições.

No Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE, verificou-se que:

1) O município possui, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar integrante da administração pública local.

2) Consta na lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento, remuneração do Conselho tutelar, bem como para a formação continuada de seus conselheiros tutelares.

5.8.5. Prestação de Contas Anuais de Governo

O Chefe do Poder Executivo deve prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; nos artigos 26 e 34 da Lei Complementar nº 269/2007.

As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas e devem ser remetidas ao Tribunal de Contas do Estado no dia seguinte do prazo estabelecido no do art. 209, da Constituição caput do Estado de Mato Grosso (sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro), para emissão do parecer prévio (Resolução Normativa nº 10/2008-TCE/MT-TP).

A Resolução Normativa nº 36/2012-TCE/MT-TP determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC, obedecidos aos critérios estabelecidos no Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, aprovado pela Resolução Normativa nº 03/2015-TCE/MT-TP.

1) O Chefe do Poder Executivo encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e de acordo com a Resolução Normativa nº 36/2016 - TCE/MT-TP.



5.8.6. Comissão de Transição

A transição de mandato é o processo em que o gestor atual deve propiciar condições efetivas ao novo gestor para implementar a nova administração.

Para isso, para que o gestor e sua equipe, a partir do resultado da eleição, demonstrem efetivamente ao novo gestor as informações imprescindíveis para que ele prepare a execução do seu projeto de governo, há que tratar a transição de mandato como um importante instrumento gerencial.

No TCE-MT, a matéria é abordada por meio da Resolução Normativa 07/2008, em que se definem procedimentos a serem adotados pelos atuais e futuros gestores e presidentes de Câmaras Municipais por ocasião da transmissão de cargo.

Nesse sentido, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que:

1) Não foram observadas às disposições constantes da Resolução Normativa nº 19/2016 relativas à transição de mandato. NB01.

Dispositivo Normativo:

RN - TCE/MT nº 07/2008.

1.1) Não foi encaminhado cópia do relatório conclusivo da Comissão de Transmissão de Governo, conforme estabelece o artigo 7º da Resolução Normativa 07/2008. - **NB01**

Em consulta ao Sistema Aplic, constata-se que não foi enviado ao TCE/MT a cópia do relatório conclusivo da Comissão de Transmissão de Governo, conforme estabelece o artigo 7º da Resolução Normativa 07/2008 e desta forma não foi possível verificar o cumprimento por parte do município quanto ao que estabelece a Resolução Normativa 07/2008.

6. POSTURA ANTE OS ALERTAS E RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO

Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações – decorrentes de decisões anteriores e/ou disposições legais – e/ou alertas alusivos ao descumprimento de preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram observados pelo gestor municipal.

Nesse sentido, a seguir é descrita a postura do gestor diante de tais fatos:

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
-----------	-------------	---------	------------	--------------	---------------------



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2015	9733/2015	114/2016	06/12/2016	Que o Poder Legislativo de Novo Horizonte do Norte determine ao Chefe do Poder Executivo Municipal que: 1) realize a inscrição de Restos a Pagar observando a disponibilidade financeira do Município e conforme as condições legais impostas pela LRF (Lei Complementar nº 101/2000), de modo a evitar o desequilíbrio das contas públicas;	Conforme tópico 5.3.1.1, há disponibilidade de restos a pagar para pagamento dos restos a pagar processados e não processados. Ressalta-se ainda que foi inscrito em restos a pagar o montante de R\$ 2.516.520,53, sendo que desse total R\$ 1.782.266,91 referem-se a restos a pagar não processados - empenhos relativos a saneamento básico no município, cujo empenho ocorreu no dia 15/3/2016, conforme informações no Sistema Aplic.
2015	9733/2015	114/2016	06/12/2016	2) efetue o repasse dos duodécimos até o dia 20 de cada mês, conforme determina o art. 168 da Constituição Federal (item 1 – AA 05);	Mantém a irregularidade
2015	9733/2015	114/2016	06/12/2016	3) promova o aperfeiçoamento do planejamento e da execução dos programas de governo, realizando um planejamento criterioso que tenha por base a realidade e as necessidades da população do município, visando uma mudança positiva na situação avaliada por este Tribunal;	Houve melhora nos índices de saúde e de educação.



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2015	9733/2015	114/2016	06/12/2016	4) proceda ao aperfeiçoamento do planejamento e da execução das políticas públicas nas áreas da educação e saúde, identificando os fatores que causaram a piora ou a ausência de melhora dos resultados das avaliações das políticas públicas, visando uma mudança positiva na situação avaliada por esta Corte por ocasião da apreciação destas contas, cujos resultados deverão ser comprovados quando da apreciação das contas de governo relativas ao exercício de 2016, especialmente em relação aos seguintes indicadores: na educação: a) Taxa de reprovação - rede municipal – até a 4ª série/5º ano EF (2014); b) Taxa de abandono - rede municipal – até a 4ª série/5º ano EF (2014); e, c) Distorção idade-série - rede municipal – até a 4ª série/5º ano EF (2014); na saúde: a) Taxa de mortalidade infantil (2013); b) Taxa de detecção de Hanseníase (2014); c) Incidência de Tuberculose todas as formas (2014); d) Cobertura-imunizações: Pentavalente (2014); e, e) Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal (2013);	Na educação houve melhora nos seguintes índices: taxa de reprovação até a 4ª série; e na distorção de idade. Houve piora na taxa de abandono escolar. Em relação a área da saúde houve melhora nos seguintes indicadores: taxa de mortalidade infantil, taxa de tuberculose, proporção de nascidos vivos e na taxa de imunizações.
2015	9733/2015	114/2016	06/12/2016	5) faça constar explicitamente nas peças de planejamento (PPA, LDO e LOA) programas e ações para melhorar os referidos índices; e,	Conforme informação enviadas no Sistema Aplic e analisada durante a realização deste relatório, não foi constatada alteração no PPA para incluir novos programas.
2015	9733/2015	114/2016	06/12/2016	6) permaneça adotando medidas efetivas visando aprimorar a máquina administrativa em busca de resultados ainda melhores nos indicadores que compõem o Índice de Gestão Fiscal - IGF (receita própria tributária; despesa com pessoal; investimentos; liquidez; custo da dívida e resultado orçamentário do RPPS);	De um modo geral houve piora nesses índices, pois a posição do município passou de 47º para 72º no ranking.



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2015	9733/2015	114/2016	06/12/2016	Que o Poder Legislativo Municipal, nos termos do artigo 22, §1º, da Lei Complementar nº 269/2007, que, quando do julgamento das referidas contas, alerte o chefe do Poder Executivo que a reincidência no atraso de repasses ao Poder Legislativo do município, por mais um ano, ensejará emissão de parecer pela reprovação das contas de governo do município, tendo em vista a persistência na irregularidade AA 05, de natureza gravíssima.	A irregularidade manteve



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2014	35440/2014	103/2015	29/09/2015	<p>Que o Poder Legislativo de Novo Horizonte do Norte determine ao chefe do Poder Executivo Municipal que: a) efetue o repasse integral do duodécimo até o dia 20 de cada mês, a fim de não incorrer em crime de responsabilidade, conforme dispõe o inc. II, § 2º, do art. 29-A da CF/88; b) promova ações planejadas, para corrigir a indisponibilidade financeira para quitação dos restos a pagar, constatada no exercício de 2014; c) promova limitação de empenho, buscando compatibilizar a disponibilidade financeira e a realização dos gastos autorizados na lei orçamentária ou em créditos adicionais; d) assegure-se da real existência da fonte de recursos, quando da autorização da abertura de créditos adicionais orçamentários, conforme previsão legal, de modo a evitar a realização de despesas sem lastro financeiro e sem autorização legislativa; e) abstenha-se a abrir crédito adicional por excesso de arrecadação tendo como fonte convênio, contrato de repasse ou termo de cooperação celebrado em exercícios anteriores; f) envie corretamente as informações requeridas pela auditoria, com a devida alimentação do Sistema APLIC, a fim de se evitar futuras divergências de dados; g) aperfeiçoe as políticas públicas de educação, mantendo-se a melhoria dos resultados dos indicadores avaliados para que permaneçam acima da média nacional; h) adote medidas para o aperfeiçoamento das políticas públicas da saúde, com observância especial aos seguintes indicadores: Taxa de internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2013); Taxa de detecção de Hanseníase (2013); Razão de exames citopatológicos cervico-vaginais em mulheres de 25 a 59 anos na população feminina nessa faixa etária (2013) e Taxa de incidência de Dengue (2013).</p>	<p>a) Manteve a irregularidade; b) Conforme tópico 5.3.1.1, há disponibilidade de restos a pagar para pagamento dos restos a pagar processados e não processados. Ressalta-se ainda que foi inscrito em restos a pagar o montante de R\$ 2.516.520,53, sendo que desse total R\$ 1.782.266,91 referem-se a restos a pagar não processados - empenhos relativos a saneamento básico no município, cujo empenho ocorreu no dia 15/3/2016, conforme informações no Sistema Aplic; "c", "d", "e", e "f") Não foi constatado a irregularidade; g e h) Houve melhora nos índices de educação e saúde, com melhoras e pioras nos seguintes índices: Na educação houve melhora nos seguintes índices: taxa de reprovação até a 4ª série; e na distorção de idade. Houve piora na taxa de abandono escolar. Em relação a área da saúde houve melhora nos seguintes indicadores: taxa de mortalidade infantil, taxa de tuberculose, proporção de nascidos vivos e na taxa de imunizações.</p>

Control-p



7. LIMITES DE GASTOS DA CÂMARA MUNICIPAL

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2012/2016, manteve-se abaixo do limite máximo permitido, conforme se observa a seguir:

REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	6,27%	6,75%	6,58%	6,40%	6,04%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual).

Verifica-se que no período compreendido entre 2012 e 2016 o limite de gastos da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte tem ficado abaixo dos 7% da Receita Base da Prefeitura.

1) Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, inc. III, CF).

2) Os repasses ao Poder Legislativo não ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, inc. II, CF). AA05.

Dispositivo Normativo:

Art. 29-A, § 2º, inc. II, CF

2.1) Os repasses do duodécimo da Prefeitura para a Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte não ocorreram até o dia 20 de cada mês, conforme determina o art. 29-A, § 2º, inciso II, CF/88. Irregularidade reincidente - AA05

Em consulta no Sistema Aplic (Informes Mensais/Transferência Bancária e Financeira Recebida/Financeira Realizada), constatou-se que a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte tem feito repasse para a Câmara Municipal em desacordo com a CF/88, pois houve repasse em atraso, ou seja, após o dia 20, nos seguintes meses:



Mês de referência	Data do repasse
março	23/3/16
maio	30/5/16
agosto	25/8/16
setembro	28/9/16 e 30/9/16
novembro	23/11/16

8. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Foi constatadas irregularidades recorrentes nos atos de governo, pois foi constatada as seguintes irregularidades: a) Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte não está realizando repases constitucionais para o Poder Legislativo dentro do prazo legal; b) Não foi constatado a realização de audiência pública na Câmara Municipal para avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

9. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

No entendimento desta equipe, o Senhor JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA , Prefeito do Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE - exercício 2016 , deve ser citado para prestar esclarecimentos sobre as seguintes irregularidades, das quais decorrem achados, constantes deste relatório sobre as contas anuais de governo:

É o relatório decorrente da auditoria das contas anuais de governo do Município de NOVO HORIZONTE DO NORTE , exercício 2016 , prestadas pelo Chefe do Poder Executivo.

JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

1) AA05 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVÍSSIMA_05. Repasses ao Poder Legislativo em desacordo com art. 29-A, § 2º, da Constituição Federal.

1.1) *Os repasses do duodécimo da Prefeitura para a Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte não ocorreram até o dia 20 de cada mês, conforme determina o art. 29-A, § 2º, inciso II, CF/88. Irregularidade recorrente - Tópico - 7. LIMITES DE GASTOS DA CÂMARA MUNICIPAL*



2) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

2.1) *Não foi realizada audiência pública para elaboração da LDO e da LOA, contrariando o art. 48, parágrafo único da LRF. - Tópico - 5.8.1. Audiências públicas*

2.2) *Não constatou-se a realização de audiência pública na Câmara Municipal para avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, contrariando o art. 9, § 4º, LRF. Irregularidade reincidente - Tópico - 5.8.1. Audiências públicas*

3) NB01 DIVERSOS_GRAVE_01. Descumprimento das regras relativas à transmissão de cargos eleitorais estabelecidas em Resolução do TCE-MT (Resolução Normativa TCE nº 07/2008).

3.1) *Não foi encaminhado cópia do relatório conclusivo da Comissão de Transmissão de Governo, conforme estabelece o artigo 7º da Resolução Normativa 07/2008. - Tópico - 5.8.6. Comissão de Transição*

Em Cuiabá-MT, 11 de Julho de 2017.

GONCALO DA COSTA OLIVEIRA FREITAS
TECNICO DE CONTROLE PÚBLICO EXTERNO
COORDENADOR DA EQUIPE TÉCNICA



ANEXOS

RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE - EXERCÍCIO 2016

Anexo 1 - ORÇAMENTO

Quadro 1.1 - Créditos Adicionais do Período - Anexo

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
ASSESSORIA JURIDICA	R\$ 66.000,00	R\$ 71.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	R\$ 132.100,00	100,15%
CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE	R\$ 567.803,85	R\$ 53.315,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.435,00	R\$ 590.683,85	4,03%
CONTROLADORIA INTERNA	R\$ 78.000,00	R\$ 17.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.000,00	R\$ 76.100,00	-2,43%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: sececx-sergio@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO	R\$ 933.000,00	R\$ 1.827.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 2.460.000,00	163,66%
DEPTO DE AGUA E ESGOTO	R\$ 230.000,00	R\$ 29.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 31.000,00	R\$ 228.500,00	-0,65%
DEPTO DE CULTURA ESPORTES E LAZER	R\$ 448.410,00	R\$ 78.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 206.810,00	R\$ 320.200,00	-28,59%
DEPTO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	R\$ 992.208,04	R\$ 170.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 86.000,00	R\$ 1.076.808,04	8,52%
DEPTO DE TRANSPORTES E MANUT DE ESTRADAS	R\$ 1.368.692,20	R\$ 401.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 829.500,00	R\$ 940.292,20	-31,30%
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSITO RODOVIARIO	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
EDUCACAO - 40 FUNDEB	R\$ 103.305,00	R\$ 17.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	R\$ 110.305,00	6,77%
EDUCACAO - 60 FUNDEB	R\$ 1.221.695,00	R\$ 70.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 220.650,00	R\$ 1.071.145,00	-12,32%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL	R\$ 747.000,00	R\$ 295.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 206.200,00	R\$ 835.800,00	11,88%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: secex-sergio@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	R\$ 1.499.900,00	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.000,00	R\$ 1.499.900,00	0,00%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 3.780.211,18	R\$ 1.732.117,50	R\$ 119.725,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 735.057,50	R\$ 4.896.996,90	29,54%
GAB DO SECRET MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	R\$ 189.980,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 180.915,72	R\$ 9.064,28	-95,22%
GAB SECRET. DO ESCRIT. DE REPRESENTAÇÃO EM CUIABA	R\$ 87.400,00	R\$ 13.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.400,00	14,87%
GAB SECRET MUN DE AGRIC MEIO AMBIENTE E COMERCIO	R\$ 543.000,00	R\$ 14.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 280.000,00	R\$ 277.300,00	-48,93%
GAB SECRET MUN DE ASSIST SOCIAL TRABALHO E CIDADADA	R\$ 7.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.000,00	0,00%
GAB SECRET MUN DE EDUC CULTURA ESPORTE E LAZER	R\$ 415.000,00	R\$ 53.750,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	R\$ 458.750,00	10,54%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581

e-mail: secex-sergio@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
GAB SECRET MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	R\$ 155.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00	R\$ 105.000,00	-32,25%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 311.000,00	R\$ 28.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 68.400,00	R\$ 270.800,00	-12,92%
JUNTA DO SERVICO MILITAR	R\$ 68.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.000,00	R\$ 62.400,00	-8,77%
SECRETARIA CHEFE DE GABINETE	R\$ 113.800,00	R\$ 13.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00	R\$ 107.000,00	-5,97%
SETORES DA PREFEITURA	R\$ 764.500,00	R\$ 57.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 144.000,00	R\$ 677.700,00	-11,35%
UNIDADE DE SERVICOS MUNICIPAL	R\$ 65.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 65.000,00	0,00%
UNIDADES DA SAUDE	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.000,00	R\$ 7.000,00	-53,33%
UNIDADES DE EDUCACAO BASICA	R\$ 1.585.874,73	R\$ 373.940,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 281.000,00	R\$ 1.678.814,73	5,86%
	R\$ 16.382.180,00	R\$ 5.320.122,50	R\$ 119.725,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.756.968,22	R\$ 18.065.060,00	
Intraorçamentários								



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: sececx-sergio@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE	R\$ 19.000,00	R\$ 2.120,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.120,00	11,15%
DEPTO DE CULTURA ESPORTES E LAZER	R\$ 25.100,00	R\$ 3.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 28.300,00	12,74%
DEPTO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	R\$ 180.000,00	R\$ 5.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 185.100,00	2,83%
EDUCAÇÃO - 60 FUNDEB	R\$ 130.000,00	R\$ 40.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 170.300,00	31,00%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL	R\$ 15.000,00	R\$ 8.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.300,00	55,33%
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	R\$ 100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100,00	0,00%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 252.620,00	R\$ 21.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 63.000,00	R\$ 210.720,00	-16,58%
GAB SECRET MUN DE EDUC CULTURA ESPORTE E LAZER	R\$ 10.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 52.000,00	420,00%
UNIDADES DE EDUCACAO BASICA	R\$ 84.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 85.000,00	1,19%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: secex-sergio@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
	R\$ 715.820,00	R\$ 123.120,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 63.000,00	R\$ 775.940,00	
TOTAL	R\$ 17.098.000,00	R\$ 5.443.242,50	R\$ 119.725,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.819.968,22	R\$ 18.841.000,00	10,19%

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais por Unidade Orçamentária.



Quadro 1.2 - Despesas por Categoria Econômica

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EXECUTADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
I - DESPESAS CORRENTES	R\$ 14.534.106,41	R\$ 12.156.409,40	83,64%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 7.332.102,50	R\$ 6.869.080,48	93,68%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 7.202.003,91	R\$ 5.287.328,92	73,41%
II - DESPESA DE CAPITAL	R\$ 2.766.589,31	R\$ 2.563.575,93	92,66%
Investimentos	R\$ 2.542.789,31	R\$ 2.342.804,31	92,13%
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 223.800,00	R\$ 220.771,62	98,64%
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 764.364,28	R\$ 0,00	0,00%
IV - TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)	R\$ 18.065.060,00	R\$ 14.719.985,33	81,48%
V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 775.940,00	R\$ 723.014,07	93,17%
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 775.940,00	R\$ 723.014,07	93,17%
VII- Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
VIII - Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IX- TOTAL DESPESA	R\$ 18.841.000,00	R\$ 15.442.999,40	81,96%

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.

Quadro 1.3 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias

TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
				R\$ 0,00	R\$ 0,00
				R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos.

Quadro 1.4 - Alterações Orçamentárias Leis Autorizativas

TIPO UG	LEI	DECRETO				TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO
			SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		
Alterações Orçamentárias por Créditos Adicionais e Transposições							
CAMARA MUNICIPAL	01123/2015	00021/2016	R\$ 13.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 13.000,00



TIPO UG	LEI	DECRETO				TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO
			SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		
CAMARA MUNICIPAL	01123/2015	00040/2016	R\$ 1.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.500,00
CAMARA MUNICIPAL	01123/2015	00050/2016	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CAMARA MUNICIPAL	01123/2015	00062/2016	R\$ 12.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 12.600,00
CAMARA MUNICIPAL	01123/2015	00071/2016	R\$ 3.335,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 3.335,00
FUNDO CONTABIL MUNICIPAL	01123/2015	00048/2016	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01123/2016	00004/2016	R\$ 322.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 322.800,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01123/2016	00009/2016	R\$ 89.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 89.800,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01123/2016	00013/2016	R\$ 1.753.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01123/2016	00014/2016	R\$ 640.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 640.600,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01123/2016	00020/2016	R\$ 343.150,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 343.150,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01123/2016	00026/2016	R\$ 85.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 85.500,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01123/2016	00032/2016	R\$ 119.807,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 119.807,50
PREFEITURA MUNICIPAL	01123/2016	00039/2016	R\$ 238.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 238.600,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01123/2016	00045/2016	R\$ 190.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 190.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01123/2016	00049/2016	R\$ 276.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 276.500,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01123/2016	00050/2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 25.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01123/2016	00056/2016	R\$ 200.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 200.700,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01123/2016	00061/2016	R\$ 497.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 497.400,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01123/2016	00070/2016	R\$ 152.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 152.800,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01139/2016	00019/2016	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 100.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01148/2016	00034/2016	R\$ 0,00	R\$ 19.725,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 19.725,72



TIPO UG	LEI	DECRETO				TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO
			SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		
PREFEITURA MUNICIPAL	01151/2016	00073/2016	R\$ 473.150,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 473.150,00
			R\$ 5.443.242,50	R\$ 119.725,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 3.819.968,22
			R\$ 5.443.242,50	R\$ 119.725,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 3.819.968,22

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações Orçamentária/Leis Autorizativas.



Anexo 2 - ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Quadro 2.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO (Exceto Operações Intraorçamentárias)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA ARRECADADA CONSOLIDADA - EXCETO INTRA	R\$ 18.568.465,28
(B) DEDUÇÕES	R\$ 1.914.356,32
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA CONSOLIDADA (C=A-B)	R\$ 16.654.108,96
(D) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior.	R\$ 0,00
(E) Receita Própria Orçamentária do RPPS Superavitário, exceto intra (Item 10 do Anexo único da RN TCE 43/2013)	R\$ 1.678.463,37
(F) Demais acréscimos promovidos pela equipe técnica	R\$ 0,00
(G) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA CONSOLIDADA AJUSTADA - (G=C+D-E+F)	R\$ 14.975.645,59
(H) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADA CONSOLIDADA - EXCETO INTRA	R\$ 14.719.985,33
(I) Despesa Própria Orçamentária do RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo único da RN TCE 43/2013)	R\$ 621.660,54
(J) Despesa efetivamente realizada, cujo fato gerador já tenha ocorrido, mas que não foi empenhada no exercício (item 5 da RN TCEMT 43/2013)	R\$ 0,00
(K) Empenhos liquidados que foram cancelados em detrimento da inexistência de justificativa plausível – (art. 63 da Lei 4.320/64)	R\$ 0,00
(L) Créditos adicionais financiados mediante superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior inexistentes ou que são incompatíveis com a fonte de recurso que financiou a transação (Item 7 da RN TCEMT 43/2013 c/c § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64 e parágrafo único do art. da 8º da LRF)	R\$ 0,00
(M) Demais reduções promovidas pela equipe técnica	R\$ 0,00
(N) DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA CONSOLIDADA AJUSTADA - (N=H-I+J+K+L+M)	R\$ 14.098.324,79
(O) RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADO - (O=G-N)	R\$ 877.320,80

Relatório Contas de Governo> Anexo: Receita > Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita/ Espaço do Controle Externo > Planilhas Auxiliares > Créditos Adicionais por Superávit Financeiro/ Relatório Contas de Governo> Anexo: Orçamento > Quadro: Despesa por Categoria Econômica.

Quadro 2.2 - Resultado Orçamentário Consolidado do RPPS - Exceto Intra

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
-----------	-------------



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA RPPS - (Exceto Intra)	R\$ 1.678.463,37
(B) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior (RPPS). Exceto intra.	R\$ 0,00
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA RPPS AJUSTADA - (C=A+B)	R\$ 1.678.463,37
(D) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADA CONSOLIDADA (RPPS)	R\$ 621.660,54
(E) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO RPPS (SEM INTRA) - (E=C-D)	R\$ 1.056.802,83
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO - RECEITA	R\$ 1.678.463,37
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO - DESPESA	R\$ 621.660,54

APLIC> UG:RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária / Espaço do Controle Externo > Planilhas Auxiliares > Créditos Adicionais por Superávit Financeiro / UG:RPPS > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.

Quadro 2.3 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA ARRECADADA DO RPPS	R\$ 2.672.537,70
(B) DEDUÇÕES	R\$ 0,00
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA ARRECADADA (RPPS) (C=A-B)	R\$ 2.672.537,70
(D) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior (RPPS).	R\$ 0,00
(E) Receita de Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS (7.9.4.0.00.00.00)	0,00
(F) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA RPPS AJUSTADA (F=C+D-E)	R\$ 2.672.537,70
(G) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADA DO RPPS	R\$ 621.660,54
(H) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO RPPS (H=F-G)	R\$ 2.050.877,16

UG:RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária / APLIC> UG: RPPS > Peças de Planejamento>Créditos Adicionais>Por Fonte/Financiamento / APLIC> UG:RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária / APLIC> UG:RPPS > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.



Anexo 3 - RESTOS A PAGAR

Quadro 3.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo anterior R\$	Movimento no exercício			Saldo para o exercício seguinte R\$
		Inscrição R\$	Baixa R\$		
			Por pagamento	Por cancelamento	
Restos a Pagar Não Processados					
Anteriores a 2015	R\$ 281.380,47	R\$ 0,00	R\$ 202.366,06	R\$ 5.095,00	R\$ 73.919,41
2015	R\$ 574.000,64	R\$ 0,00	R\$ 531.717,94	R\$ 39.597,46	R\$ 2.685,24
2016	R\$ 0,00	R\$ 1.894.295,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.894.295,42
Total (A)	R\$ 855.381,11	R\$ 1.894.295,42	R\$ 734.084,00	R\$ 44.692,46	R\$ 1.970.900,07
Restos a Pagar Processados					
Anteriores a 2015	R\$ 749.876,19	R\$ 0,00	R\$ 6.176,56	R\$ 36.781,13	R\$ 706.918,50
2015	R\$ 651.588,58	R\$ 0,00	R\$ 626.377,34	R\$ 2.799,29	R\$ 22.411,95
2016	R\$ 0,00	R\$ 622.225,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 622.225,11
Total (B)	R\$ 1.401.464,77	R\$ 622.225,11	R\$ 632.553,90	R\$ 39.580,42	R\$ 1.351.555,56
Total (A+B)	R\$ 2.256.845,88	R\$ 2.516.520,53	R\$ 1.366.637,90	R\$ 84.272,88	R\$ 3.322.455,63

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar. Neste quadro, os saldos dos Restos a Pagar Não Processados Liquidados no exercício e não pagos estão no grupo de controle dos Restos a Pagar Não Processados.



Quadro 3.2 - Indicador de Disponibilidade Financeira por Fonte do Município - Exceto RPPS

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Obrigações financeiras independente da execução Orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição dos restos a pagar processados e não processados (E) = C - D	Total restos a pagar processados (F)	Total restos a pagar não processados (G)
Quocientes de Disponibilidade Financeira - Exceto RPPS								
00	Recursos Ordinários	R\$ 584.491,01	R\$ 0,00	R\$ 584.491,01	R\$ 0,00	R\$ 584.491,01	R\$ 344.616,12	R\$ 59.855,59
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 54.225,84	R\$ 0,00	R\$ 54.225,84	R\$ 0,00	R\$ 54.225,84	R\$ 105.476,46	R\$ 9.781,22
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 1.507.552,12	R\$ 0,00	R\$ 1.507.552,12	R\$ 0,00	R\$ 1.507.552,12	R\$ 188.110,40	R\$ 14.422,62
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	R\$ 176.078,83	R\$ 0,00	R\$ 176.078,83	R\$ 0,00	R\$ 176.078,83	R\$ 714.231,82	R\$ 6.471,22
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 11.197,61	R\$ 0,00	R\$ 11.197,61	R\$ 0,00	R\$ 11.197,61	R\$ 0,00	R\$ 956,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Obrigações financeiras independente da execução Orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição dos restos a pagar processados e não processados (E) = C - D	Total restos a pagar processados (F)	Total restos a pagar não processados (G)
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 49.775,54	R\$ 0,00	R\$ 49.775,54	R\$ 0,00	R\$ 49.775,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 6.285,00	R\$ 0,00	R\$ 6.285,00	R\$ 0,00	R\$ 6.285,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	Transferências de Convênios - Educação	R\$ 34.068,64	R\$ 0,00	R\$ 34.068,64	R\$ 0,00	R\$ 34.068,64	R\$ 130,00	R\$ 0,00
23	Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.782.266,91
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 976.001,17	R\$ 0,00	R\$ 976.001,17	R\$ 0,00	R\$ 976.001,17	R\$ 1,00	R\$ 96.136,27



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Obrigações financeiras independente da execução Orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição dos restos a pagar processados e não processados (E) = C - D	Total restos a pagar processados (F)	Total restos a pagar não processados (G)
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 42.970,52	R\$ 0,00	R\$ 42.970,52	R\$ 0,00	R\$ 42.970,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 60,50	R\$ 0,00	R\$ 60,50	R\$ 0,00	R\$ 60,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 3.442.706,78	R\$ 0,00	R\$ 3.442.706,78	R\$ 0,00	R\$ 3.442.706,78	R\$ 1.352.565,80	R\$ 1.969.889,83
Quocientes de Disponibilidade Financeira - Somente RPPS								
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 6.879.895,30	R\$ 0,00	R\$ 6.879.895,30	R\$ 0,00	R\$ 6.879.895,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 6.879.895,30	R\$ 0,00	R\$ 6.879.895,30	R\$ 0,00	R\$ 6.879.895,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 10.322.602,08	R\$ 0,00	R\$ 10.322.602,08	R\$ 0,00	R\$ 10.322.602,08	R\$ 1.352.565,80	R\$ 1.969.889,83

APLIC> Informes Mensais> Disponibilidade Financeira



Quadro 3.3 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2016 – Poder Executivo (ART. 42 – LRF)

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
Disponibilidade Líquida em 30/04/12 – (ART. 42 – LRF) - Exceto RPPS									
00	Recursos Ordinários	R\$ 259.696,62	R\$ 0,00	R\$ 259.696,62	R\$ 123.774,31	R\$ 135.922,31	R\$ 478.960,04	-R\$ 343.037,73	R\$ 854.767,64
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 14.517,50	R\$ 0,00	R\$ 14.517,50	R\$ 18.360,00	-R\$ 3.842,50	R\$ 158.614,16	-R\$ 162.456,66	R\$ 74.945,66
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 1.312.484,36	R\$ 0,00	R\$ 1.312.484,36	R\$ 12.332,24	R\$ 1.300.152,12	R\$ 185.818,62	R\$ 1.114.333,50	R\$ 547.687,56
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	R\$ 376.488,35	R\$ 0,00	R\$ 376.488,35	R\$ 755.954,84	-R\$ 379.466,49	R\$ 115.924,49	-R\$ 495.390,98	R\$ 338.484,41



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 36.577,97	R\$ 0,00	R\$ 36.577,97	R\$ 0,00	R\$ 36.577,97	R\$ 4.155,54	R\$ 32.422,43	R\$ 4.610,44
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 8,56	R\$ 0,00	R\$ 8,56	R\$ 0,00	R\$ 8,56	R\$ 0,00	R\$ 8,56	R\$ 0,00
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 355,97	R\$ 0,00	R\$ 355,97	R\$ 326,79	R\$ 29,18	R\$ 635,83	-R\$ 606,65	R\$ 0,00
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 115.134,63	R\$ 0,00	R\$ 115.134,63	R\$ 0,00	R\$ 115.134,63	R\$ 97.546,08	R\$ 17.588,55	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 29.112,92	R\$ 0,00	R\$ 29.112,92	R\$ 0,00	R\$ 29.112,92	R\$ 0,00	R\$ 29.112,92	R\$ 0,00
22	Transferências de Convênios - Educação	-R\$ 6.966,53	R\$ 0,00	-R\$ 6.966,53	R\$ 130,00	-R\$ 7.096,53	R\$ 13.392,82	-R\$ 20.489,35	R\$ 115.095,60
23	Transferências de Convênios - Saúde	-R\$ 121.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 121.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 121.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 121.000,00	R\$ 1.782.266,91
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 169.766,30	R\$ 0,00	R\$ 169.766,30	R\$ 64.920,41	R\$ 104.845,89	R\$ 431,00	R\$ 104.414,89	R\$ 185.430,56
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 37.499,65	R\$ 0,00	R\$ 37.499,65	R\$ 25.986,65	R\$ 11.513,00	R\$ 2.698,40	R\$ 8.814,60	R\$ 7.346,79



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 60,50	R\$ 0,00	R\$ 60,50	R\$ 0,00	R\$ 60,50	R\$ 0,00	R\$ 60,50	R\$ 0,00
		R\$ 2.223.736,80	R\$ 0,00	R\$ 2.223.736,80	R\$ 1.001.785,24	R\$ 1.221.951,56	R\$ 1.058.176,98	R\$ 163.774,58	R\$ 3.910.635,57
Disponibilidade Líquida em 30/04/12 – (ART. 42 – LRF) - RPPS									
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 5.568.179,40	R\$ 0,00	R\$ 5.568.179,40	R\$ 0,00	R\$ 5.568.179,40	R\$ 0,00	R\$ 5.568.179,40	R\$ 47.832,96
		R\$ 5.568.179,40	R\$ 0,00	R\$ 5.568.179,40	R\$ 0,00	R\$ 5.568.179,40	R\$ 0,00	R\$ 5.568.179,40	R\$ 47.832,96

APLIC : UG: Prefeitura>Informes Mensais>Disponibilidade>Disponibilidade Financeira - Poder Executivo.



Quadro 3.4 - Disponibilidade para Pagamento de RP - 31/12/2016 - Poder Executivo (ART. 42 – LRF)

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Senão I = zero
Disponibilidade para pagamento RP em 31/12 - Exceto RPPS										
00	Recursos Ordinários	R\$ 584.432,69	R\$ 0,00	R\$ 584.432,69	R\$ 64.176,61	R\$ 520.256,08	R\$ 291.114,51	R\$ 229.141,57	R\$ 49.180,59	R\$ 0,00
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 54.225,84	R\$ 0,00	R\$ 54.225,84	R\$ 13.237,77	R\$ 40.988,07	R\$ 92.238,69	-R\$ 51.250,62	R\$ 9.781,22	-R\$ 61.031,84
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 1.507.552,12	R\$ 0,00	R\$ 1.507.552,12	R\$ 2.364,99	R\$ 1.505.187,13	R\$ 185.745,41	R\$ 1.319.441,72	R\$ 14.422,62	R\$ 0,00
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	R\$ 176.078,83	R\$ 0,00	R\$ 176.078,83	R\$ 661.105,32	-R\$ 485.026,49	R\$ 53.126,50	-R\$ 538.152,99	R\$ 6.471,22	-R\$ 544.624,21



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Senão I = zero
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 11.197,61	R\$ 0,00	R\$ 11.197,61	R\$ 0,00	R\$ 11.197,61	R\$ 0,00	R\$ 11.197,61	R\$ 956,00	R\$ 0,00
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 49.775,54	R\$ 0,00	R\$ 49.775,54	R\$ 0,00	R\$ 49.775,54	R\$ 0,00	R\$ 49.775,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 6.285,00	R\$ 0,00	R\$ 6.285,00	R\$ 0,00	R\$ 6.285,00	R\$ 0,00	R\$ 6.285,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Senão I = zero
22	Transferências de Convênios - Educação	R\$ 34.068,64	R\$ 0,00	R\$ 34.068,64	R\$ 130,00	R\$ 33.938,64	R\$ 0,00	R\$ 33.938,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23	Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.782.266,91	-R\$ 1.782.266,91
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 976.001,17	R\$ 0,00	R\$ 976.001,17	R\$ 64.920,41	R\$ 911.080,76	R\$ 0,00	R\$ 911.080,76	R\$ 31.216,86	R\$ 0,00
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 42.970,52	R\$ 0,00	R\$ 42.970,52	R\$ 0,00	R\$ 42.970,52	R\$ 0,00	R\$ 42.970,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 60,50	R\$ 0,00	R\$ 60,50	R\$ 0,00	R\$ 60,50	R\$ 0,00	R\$ 60,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Senão I = zero
		R\$ 3.442.648,46	R\$ 0,00	R\$ 3.442.648,46	R\$ 805.935,10	R\$ 2.636.713,36	R\$ 622.225,11	R\$ 2.014.488,25	R\$ 1.894.295,42	
Disponibilidade para pagamento RP em 31/12 - somente RPPS										
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 6.879.895,30	R\$ 0,00	R\$ 6.879.895,30	R\$ 0,00	R\$ 6.879.895,30	R\$ 0,00	R\$ 6.879.895,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 6.879.895,30	R\$ 0,00	R\$ 6.879.895,30	R\$ 0,00	R\$ 6.879.895,30	R\$ 0,00	R\$ 6.879.895,30	R\$ 0,00	

APLIC : UG: Prefeitura>Informes Mensais>Disponibilidade>Disponibilidade Financeira - Poder Executivo.



Anexo 4 - DÍVIDA

Quadro 4.1 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 400.895,60
DEDUÇÕES (II)	R\$ 2.090.140,98
Ativo Disponível	R\$ 3.442.706,78
Haveres financeiros	R\$ 0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	R\$ 1.352.565,80
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	R\$ 0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 14.680.040,76
% da DC sobre a RCL	2,73%
% da DCL sobre a RCL	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 17.616.048,91
Insuficiência Financeira para pagamento de Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	R\$ 0,00

Nota: Se o saldo das DEDUÇÕES for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira". Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha. APLIC > Informes Mensais > Dívidas > Dívida Consolidada Líquida Anual - Unidade Orçamentária: Prefeitura.

Quadro 4.2 - Dívida Consolidada Líquida - RPPS (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 7.150.869,61
DEDUÇÕES (II)	R\$ 6.879.895,30
Ativo Disponível	R\$ 184.283,37
Haveres financeiros	R\$ 6.695.611,93
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	R\$ 0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	R\$ 270.974,31

Nota: Se o saldo das DEDUÇÕES for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira". Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha. APLIC > Informes Mensais > Dívidas > Dívida Consolidada Líquida Anual - Unidade Orçamentária: RPPS.

Quadro 4.3 - Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

DESCRIÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 220.771,62
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00



DESCRIÇÃO	R\$
TOTAL	R\$ 220.771,62
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 14.680.040,76
% do Dispendios da Dívida Pública sobre a RCL <11,5%>	1,50%

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por função/dotação.

Quadro 4.4 - Dívida Pública Contratada no Exercício (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Dívida Pública sujeita ao limite para fins de contratação	R\$ 0,00
Operações vedadas	R\$ 0,00
(=) Total considerado para fins de apuração do cumprimento do limite	R\$ 0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 14.680.040,76
% da Dívida contratada sobre a RCL <16%>	0,00%

Informes Mensais > Dívida Pública .

Quadro 4.5 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 3.442.648,46	R\$ 58,32	R\$ 3.442.706,78
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 3.397.699,37	R\$ 58,32	R\$ 3.397.757,69
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	R\$ 44.949,09	R\$ 0,00	R\$ 44.949,09

Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS

Quadro 4.6 - Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS

FONTE DE RECURSOS	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	R\$ 2.057.811,12	R\$ 896.255,91	R\$ 1.161.555,21	R\$ 58,32	R\$ 58,32	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	R\$ 148.269,63	R\$ 126.498,59	R\$ 21.771,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 26.408,83	R\$ 123.297,05	-R\$ 96.888,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



FONTE DE RECURSOS	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT
15 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação - FNDE	R\$ 32.118,30	R\$ 886,44	R\$ 31.231,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18 - Transferências do FUNDEB 60%	R\$ 49.775,54	R\$ 1.959,27	R\$ 47.816,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19 - Transferência do FUNDEB 40%	R\$ 5.927,58	R\$ 0,00	R\$ 5.927,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22 - Transferência de Convênios - Educação	R\$ 34.039,38	R\$ 355,83	R\$ 33.683,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25 - Demais Recursos Vinculados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	R\$ 214.012,17	R\$ 2.053.479,78	-R\$ 1.839.467,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	R\$ 39.292,48	R\$ 118.197,15	-R\$ 78.904,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12 - Serviços de Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14 - Transferência de Recursos do SUS - União	R\$ 174.719,69	R\$ 153.015,72	R\$ 21.703,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23 - Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 0,00	R\$ 1.782.266,91	-R\$ 1.782.266,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26 - Demais Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41 - Serviços Hospitalares	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
42 - Transferência de Recursos SUS - Estado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 46.413,42	R\$ 0,00	R\$ 46.413,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21 - Transferência de Convênios - Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27 - Demais Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 46.413,42	R\$ 0,00	R\$ 46.413,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
43 - Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



FONTE DE RECURSOS	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT
RECURSOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
90 - Operações de Crédito Internas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
91 - Operações de Crédito Externas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
92 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENAÇÕES DE BENS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS	R\$ 976.142,12	R\$ 321.465,09	R\$ 654.677,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 121,20	R\$ 0,00	R\$ 121,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	-R\$ 1.021,73	R\$ 0,00	-R\$ 1.021,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24 - Transf. de Convênios (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 976.982,15	R\$ 321.465,09	R\$ 655.517,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	R\$ 60,50	R\$ 0,00	R\$ 60,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
81 - Valores Restituíveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
82 - Demais Recursos Vinculados (não relacionados à Educação/Saúde/Assist. Social)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
93 - Outras Receitas Não Primárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
94 - Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SUBTOTAL - EXCETO RPPS	R\$ 3.442.648,46	R\$ 3.397.699,37	R\$ 44.949,09	R\$ 58,32	R\$ 58,32	R\$ 0,00
RECURSOS DO RPPS	R\$ 6.879.895,30	R\$ 2.541,81	R\$ 6.877.353,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL	R\$ 10.322.543,76	R\$ 3.400.241,18	R\$ 6.922.302,58	R\$ 58,32	R\$ 58,32	R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Contabilidade>Movimentação das Fontes/Destaques de Recursos.



Anexo 5 - RECEITA

Quadro 5.1 - Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES	R\$ 15.892.846,00	R\$ 17.164.747,29	108,00%
Receita Tributária	R\$ 320.595,00	R\$ 430.101,21	134,15%
Receita de Contribuições	R\$ 537.900,00	R\$ 488.017,09	90,72%
Receita Patrimonial	R\$ 404.280,80	R\$ 1.264.369,10	312,74%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 220.000,00	R\$ 264.732,98	120,33%
Transferências Correntes	R\$ 14.326.644,60	R\$ 14.575.013,49	101,73%
Outras Receitas Correntes	R\$ 83.425,60	R\$ 142.513,42	170,82%
II - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 2.469.080,00	R\$ 1.403.717,99	56,85%
Alienação de bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferência de capital	R\$ 2.469.080,00	R\$ 1.403.717,99	56,85%
Operação de crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)	R\$ 18.361.926,00	R\$ 18.568.465,28	101,12%
IV - DEDUÇÕES DA RECEITA	-R\$ 1.909.126,00	-R\$ 1.914.356,32	100,27%
Deduções da receita tributária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Deduções da receita patrimonial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Deduções de transferências correntes	-R\$ 1.909.126,00	-R\$ 1.914.356,32	100,27%
Deduções de outras receitas correntes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)	R\$ 16.452.800,00	R\$ 16.654.108,96	101,22%
V - Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 645.200,00	R\$ 994.074,33	154,07%
VI - Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 17.098.000,00	R\$ 17.648.183,29	103,21%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Dados Consolidados do Ente.

Quadro 5.2 - Receita Corrente Líquida (RCL)

Receitas	Total R\$
Total de receitas correntes	R\$ 17.164.747,29
(-) Deduções da Receita Corrente	R\$ 0,00
= Total de receitas correntes - menos deduções	R\$ 17.164.747,29



Receitas	Total R\$
(-) Contribuição ao RPPS (segurado)	R\$ 471.051,69
(-) Receita da compensação financeira entre regimes previdenciários	R\$ 0,00
(-) Dedução de receita para formação do FUNDEB	-R\$ 1.914.356,32
(=) RCL (Antes da Dedução do IRRF)	R\$ 14.779.339,28
(-) Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 99.298,52
(=) RCL	R\$ 14.680.040,76

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 5.3 - Deduções para RCL

DESCRIÇÃO	Total R\$
Deduções da receita tributária	R\$ 0,00
Deduções da receita patrimonial	R\$ 0,00
Deduções de outras receitas correntes	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.



Anexo 6 - ENSINO

Quadro 6.1 - Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212, CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita resultante de impostos	R\$ 349.174,62
IPTU Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana	R\$ 20.335,12
ITBI Imposto sobre Transmissão de Bens "Inter Vivos"	R\$ 160.848,35
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$ 133.303,82
ITR Imposto Territorial Rural	R\$ 0,00
Dívida Ativa Proveniente de Impostos	R\$ 32.701,97
Juros e multas provenientes de Impostos	R\$ 0,00
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa Tributária de Impostos	R\$ 1.985,36
Transferências	R\$ 9.576.217,95
FPM Fundo de Participação dos Municípios	R\$ 6.398.100,39
Cota Parte ICMS	R\$ 2.952.890,83
Desoneração ICMS (LC 87/96)	R\$ 0,00
Cota Parte IPI Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados)	R\$ 1.021,58
ITR - Imposto Territorial Rural	R\$ 105.706,46
Cota Parte IPVA Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	R\$ 118.498,69
Total receita base - ENSINO	R\$ 9.925.392,57
Valor mínimo - 25%	R\$ 2.481.348,14

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 6.2 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(+) Total despesa liquidada no Ensino - Função 12 (Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5)	R\$ 3.072.662,71
(+) Despesas liquidadas em 2016 decorrentes de restos a pagar não processados do Ensino inscritos em exercícios anteriores, exceto as de convênios, programas e FUNDEB Função 12. Fontes de recursos 00 e 01 (Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5)	R\$ 7.144,26
(-) Restos a pagar processados do Ensino inscritos em 2016 sem disponibilidade de caixa nas fontes 00 e 01 e Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Conforme quadro específico)	R\$ 92.238,69
(=) Despesas Bruta do Ensino	R\$ 2.987.568,28
(+) Valor retido referente ao FUNDEB	R\$ 1.914.356,32
(-) Despesas liquidadas do FUNDEB até o limite da transferência de recursos recebida. Função 12. Fontes de recursos 18 e 19.	R\$ 1.279.286,77



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(-) Despesas liquidadas de convênios e programas referentes ao Ensino até o limite dos recursos recebidos Função 12. Fontes de recursos 15, 22, 25. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 527.160,01
(-) Despesas liquidadas na função 12 com recursos vinculados diferentes da Educação (Função 12. Fonte de recursos iguais a 02, 14, 42, 23, 41, 12, 26, 21, 29, 43, 27, 50, 51, 52, 53, 54, 90, 91, 92, 16, 17, 24, 30, 81, 93 e 82. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5).	R\$ 0,00
(-) Outras despesas liquidadas que não se enquadram com a manutenção e desenvolvimento do Ensino (Não excluídas nos itens anteriores)	R\$ 50.756,18
(=) Total de recursos aplicados no Ensino provenientes de impostos	R\$ 3.044.721,64
Total da Receita Base	R\$ 9.925.392,57
Percentual sobre a receita base	30,67%
Limite mínimo sobre a receita base	25%
Situação	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por função. APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 6.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para pagamento de RP Processados do Ensino

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(A) (=) Disponibilidade de Caixa Bruta nas fontes 00 e 01 em 31/12/16	R\$ 638.716,85
(B) (-) RP processados e não processados de exercícios anteriores	R\$ 805.935,10
(C) (-) RP processados e não processados inscritos em 2016 nas fontes ordinária e demais fontes não vinculadas ao Ensino (Fontes 00, 02, 12, 14, 16, 17, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 53, 54, 81, 82, 90, 91, 92, 93, 94)	R\$ 2.413.544,62
(D) (=) Disponibilidade para pagamento de RP Processados de Ensino inscritos no 2016. Fontes 00 e 01	-R\$ 2.580.762,87
(E) RP processados do Ensino inscritos no [Exercício corrente]. Função 12 Fontes 00 e 01 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 92.238,69
(F) (=) RP processados do Ensino inscritos no 2016 (Fontes 00 e 01) sem disponibilidade financeira	R\$ 92.238,69

Espaço Controle Externo>Contas de Governo 2017>Planilhas Auxiliares> Disponibilidade Caixa Bruta para pagamento de Restos a Pagar.

Quadro 6.4 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº LIQUIDAÇÃO	Nº EMPENHO	CREDOR	OBJETO	VALOR
Folha de Pagamento		Ariane Figueiredo Ferraz	Pagamento a Psicóloga Hospitalar	R\$ 50.756,18



Nº LIQUIDAÇÃO	Nº EMPENHO	CREDOR	OBJETO	VALOR
				R\$ 50.756,18

Levantamento da equipe técnica. Despesas com Psicóloga Hospitalar, sendo pago R\$ 31.723,28 relativo a vencimento base e R\$ 19.032,90 como gratificação, conforme informações extraídas do Sistema Aplic - Informes Mensais/Pessoal/Folha de Pagamento.

Quadro 6.5 - Gastos com Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério. Recursos FUNDEB

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Valor da receita do FUNDEB	R\$ 1.340.126,89
Gasto com remuneração e valorização dos profissionais do magistério ensinos infantil e fundamental	R\$ 1.219.570,46
% da aplicação s/ a receita do FUNDEB	91,00%
Limite percentual mínimo	60%
Situação	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Função. APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.



Anexo 7 - SAÚDE

Quadro 7.1 - Receita base para aplicação em ações e serviços públicos de saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita resultante de impostos	R\$ 349.174,62
IPTU Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana	R\$ 20.335,12
ITBI Imposto sobre Transmissão de Bens "Inter Vivos"	R\$ 160.848,35
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$ 133.303,82
ITR - Imposto Territorial Rural	R\$ 0,00
Dívida Ativa Proveniente de Impostos	R\$ 32.701,97
Juros e multas provenientes de Impostos	R\$ 0,00
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa Tributária de Impostos	R\$ 1.985,36
Transferências	R\$ 9.576.217,95
FPM Fundo de Participação dos Municípios	R\$ 6.398.100,39
Cota Parte ICMS	R\$ 2.952.890,83
Desoneração ICMS (LC 87/96)	R\$ 0,00
Cota Parte IPI Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados)	R\$ 1.021,58
ITR - Imposto Territorial Rural	R\$ 105.706,46
Cota Parte IPVA Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	R\$ 118.498,69
Cota Parte IOF s/ ouro – Imposto sobre Operações Financeiras	R\$ 0,00
Total receita base	R\$ 9.925.392,57
Valor mínimo - 15% (Saúde)	R\$ 1.488.808,88

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 7.2 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(+) Total da despesa empenhada em Saúde no exercício Função 10. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 3.870.040,13
(+) Despesas Empenhadas no exercício referentes à amortização e aos respectivos encargos financeiros decorrentes de operações de crédito contratadas a partir de 01/01/2000, visando ao financiamento de ações e serviços públicos de Saúde (art. 24, § 3º, da LC nº 141/2012)	R\$ 0,00



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(-) Restos a pagar processados e não processados da Saúde inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa nas fontes 00 e 02 e Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Exceto Elemento de Despesa 01 e 03) (Resolução de Consulta nº 14/2012)	R\$ 0,00
(=) Despesa bruta na Função Saúde	R\$ 3.870.040,13
(+) Despesas Empenhadas com saneamento (Função 17) nos termos do art. 3º, VI e VII, da LC nº 141/2012 Fonte: 00 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 Exceto: Elemento de Despesa 01 e 03.	R\$ 0,00
(-) Despesa empenhada com aposentadorias e pensões dos servidores Saúde, caso essas tenham sido realizadas na função Saúde (art. 4º, I, da LC nº 141/2012). Função 10; Elemento de Despesa 01 e 03. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 0,00
(-) Despesas empenhadas de convênios e programas referentes à Saúde - art. 4º, X, da LC nº 141/2012. (Até o limite dos recursos recebidos) Função 10; Fonte de Recurso 12, 14, 23, 26, 41 e 42; Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (Exceto os Elemento de Despesa 01 e 03)	R\$ 1.475.459,68
(-) Despesas Empenhadas na função 10 com recursos vinculados diferentes da Saúde Função 10. Fontes de recursos diferentes de 02, 12, 14, 23, 26, 41, 42 e 94. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Exceto os Elemento de Despesa 01 e 03).	R\$ 0,00
(-) Outras despesas empenhadas que não se enquadram em ações e serviços públicos de Saúde e saneamento. Função 10. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Não excluídas nos itens anteriores)	R\$ 25.942,28
(=) Total de despesas realizadas em ações e serviços públicos de saúde	R\$ 2.368.638,17
Total da Receita Base	R\$ 9.925.392,57
(=) Percentual aplicado em saúde	23,86%
Limite mínimo aplicado em saúde	15%
Situação	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Função.

Quadro 7.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para Pagamento de Restos a Pagar da Saúde

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(A) (=) Disponibilidade de Caixa Bruta nas fontes 00 e 02 em 31/12/2016	R\$ 2.092.043,13
(B) (-) RP processados e não processados de exercícios anteriores	R\$ 805.935,10
(C) (-) RP inscritos em 2016 nas fontes ordinária e demais fontes não vinculadas à Saúde (Fontes 00, 01, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 27, 29, 30, 43, 50, 51, 52, 53, 54, 81, 82, 90, 91, 92, 93, 94; Função diferente de 10)	R\$ 474.487,87



DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(D) (=) (In) Disponibilidade para pagamento de RP Processados e não Processados da Saúde inscritos em 2016]. Fontes 00 e 02	R\$ 811.620,16
(E) RP Processados e não Processados da Saúde inscritos em 2016. Função 10. Fontes 00 e 02. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 Exceto os Elemento de Despesa 01 e 03	R\$ 200.168,03
(F) (=) Restos a pagar processados e não processados da saúde inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa nas fontes 00 e 02. Exceto Elemento de Despesa 01 e 03; Natureza de Despesa 2 e 6.	R\$ 0,00

Espaço Controle Externo>Contas de Governo 2017>Planilhas Auxiliares> Disponibilidade Caixa Bruta para pagamento de Restos a Pagar

Quadro 7.4 - Despesas não consideradas como ações e serviços públicos de Saúde

Nº LIQUIDAÇÃO	Nº EMPENHO	CREDOR	OBJETO	VALOR
Folha de Pagamento		Carlos Roberto Borges dos Santos	Pagamento de mão de obra a Operador de Moto Niveladora	R\$ 25.942,28
				R\$ 25.942,28

Levantamento da equipe técnica. Despesa com Operador de Moto Niveladora no valor de R\$ 25.942,28, sendo R\$ 13.431,77 de vencimento base e R\$ 12.510,51 de gratificação, conforme informações extraídas do Sistema Aplic - Informes Mensais/Pessoal/Folha de Pagamento.



Anexo 8 - PESSOAL

Quadro 8.1 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo / Janeiro a Junho

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Execução das Despesas de Pessoal - Janeiro a Junho								
3.1.90.01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	R\$ 178.712,37	R\$ 26.405,86	R\$ 28.141,84	R\$ 33.562,31	R\$ 29.196,43	R\$ 28.612,65	R\$ 32.793,28
3.1.90.03	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R\$ 28.872,53	R\$ 4.509,62	R\$ 4.509,62	R\$ 5.004,43	R\$ 4.509,62	R\$ 5.389,62	R\$ 4.949,62
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R\$ 81.170,95	R\$ 12.393,61	R\$ 14.692,61	R\$ 13.848,67	R\$ 13.593,30	R\$ 12.919,78	R\$ 13.722,98
3.1.90.05	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R\$ 41.516,45	R\$ 6.022,05	R\$ 4.676,82	R\$ 3.143,53	R\$ 4.772,42	R\$ 13.138,14	R\$ 9.763,49
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 2.734.371,56	R\$ 404.868,45	R\$ 462.881,72	R\$ 491.291,41	R\$ 462.644,25	R\$ 458.374,78	R\$ 454.310,95
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 81.682,87	R\$ 11.826,04	R\$ 14.463,40	R\$ 14.907,96	R\$ 13.276,96	R\$ 14.001,90	R\$ 13.206,61



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: secex-sergio@tce.mt.gov.br

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R\$ 30.973,68	R\$ 8.955,30	R\$ 6.518,73	R\$ 6.626,12	R\$ 5.783,91	R\$ 2.762,39	R\$ 327,23
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 339.638,26	R\$ 51.652,95	R\$ 55.050,41	R\$ 57.728,92	R\$ 57.049,95	R\$ 57.256,61	R\$ 60.899,42
		R\$ 3.516.938,67	R\$ 526.633,88	R\$ 590.935,15	R\$ 626.113,35	R\$ 590.826,84	R\$ 592.455,87	R\$ 589.973,58

Quadro Gastos com Pessoal detalhado



Quadro 8.2 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo / Julho a Dezembro

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Execução das Despesas de Pessoal - Julho a Dezembro								
3.1.90.01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	R\$ 180.797,08	R\$ 29.016,49	R\$ 28.550,44	R\$ 30.329,02	R\$ 28.550,44	R\$ 30.325,16	R\$ 34.025,53
3.1.90.03	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R\$ 29.752,53	R\$ 5.389,62	R\$ 4.949,62	R\$ 5.004,43	R\$ 4.509,62	R\$ 4.509,62	R\$ 5.389,62
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R\$ 91.322,70	R\$ 11.744,75	R\$ 15.984,45	R\$ 16.364,45	R\$ 2.269,79	R\$ 18.714,23	R\$ 26.245,03
3.1.90.05	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R\$ 86.828,43	R\$ 10.848,38	R\$ 18.102,04	R\$ 13.677,38	R\$ 15.936,62	R\$ 15.377,01	R\$ 12.887,00
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 2.831.913,97	R\$ 456.406,44	R\$ 465.173,75	R\$ 429.627,67	R\$ 484.256,32	R\$ 514.160,35	R\$ 482.289,44
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 88.789,31	R\$ 12.425,14	R\$ 13.483,96	R\$ 12.556,98	R\$ 11.436,61	R\$ 20.824,72	R\$ 18.061,90
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R\$ 4.316,10	R\$ 1.275,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 929,95	R\$ 712,82	R\$ 1.397,42



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: secex-sergio@tce.mt.gov.br

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 362.263,87	R\$ 60.497,72	R\$ 59.256,66	R\$ 58.686,31	R\$ 62.676,17	R\$ 61.058,30	R\$ 60.088,71
		R\$ 3.675.983,99	R\$ 587.604,45	R\$ 605.500,92	R\$ 566.246,24	R\$ 610.565,52	R\$ 665.682,21	R\$ 640.384,65

Quadro Gastos com Pessoal detalhado



Quadro 8.3 - Gastos com pessoal. Poderes Executivo e Legislativo (arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 7.592.094,55	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 7.045.615,16	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 546.479,39	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 546.479,39	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores Consolidado (Exceto RPPS)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 546.479,39	R\$ 0,00
2.5 - Outros (conforme entendimento da equipe técnica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 7.045.615,16	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (Antes da Dedução do IRRF) (3a + 3b)	R\$ 7.045.615,16	
5 - Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 99.298,52	
6 - DTP (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 6.946.316,64	

Quadro - Gastos com Pessoal Detalhado.



Quadro 8.4 - Gastos com pessoal. Poder Legislativo (arts. 18 a 22 LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 399.171,89	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 399.171,89	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5 - Outros (conforme entendimento da equipe técnica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 399.171,89	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (Antes da Dedução IRRF) (3a + 3b)	R\$ 399.171,89	
5 - Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 3.232,28	
6 - DTP (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 395.939,61	

Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro 8.5 - Apuração do cumprimento do limite legal individual - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016

PODER	DESPESA TOTAL COM PESSOAL	RCL	%
Executivo	R\$ 6.550.377,03	R\$ 14.680.040,76	44,62%
Legislativo	R\$ 395.939,61	R\$ 14.680.040,76	2,69%

Quadro: Gastos com pessoal - Detalhado e Quadro: Receita Corrente Líquida.



Quadro 8.6 - Apuração do cumprimento do limite legal - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR (R\$)
1- DESPESA TOTAL COM PESSOAL (DTP)	R\$ 6.946.316,64
2 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	R\$ 14.680.040,76
3 - % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL	47,31%
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art.20 da LRF)	60%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF)	54%

Quadro Gastos com Pessoal Detalhado e Quadro Receita Corrente Líquida.

Quadro 8.7 - Gastos com Pessoal Detalhado

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 7.045.615,16	R\$ 0,00	R\$ 6.646.443,27	R\$ 0,00	R\$ 399.171,89	R\$ 0,00
1.1.1 Vencimentos e Vantagens Fixas (3.X.XX.11.XX)	R\$ 5.901.231,38	R\$ 0,00	R\$ 5.566.285,53	R\$ 0,00	R\$ 334.945,85	R\$ 0,00
1.1.2 Obrigações Trabalhistas (3.1.XX.07.XX+ 3.X.XX.09.XX+ 3.1.XX.13.XX)	R\$ 936.600,35	R\$ 0,00	R\$ 872.374,31	R\$ 0,00	R\$ 64.226,04	R\$ 0,00
1.1.3 Ressarcimento com Pessoal Requisitado (3.1.XX.96.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.4 Contratação Temporária (3.X.XX.04.XX)	R\$ 172.493,65	R\$ 0,00	R\$ 172.493,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.5 Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil (3.1.XX.16.XX)	R\$ 35.289,78	R\$ 0,00	R\$ 35.289,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
1.1.6 Depósitos Compulsórios (3.1.XX.67.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.7 Sentenças Judiciais (3.1.XX.91.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.8 Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.XX.92.04 + 3.1.XX.92.07+ 3.1.XX.92.09+ 3.1.XX.92.11 + 3.1.XX.92.13+ 3.1.XX.92.16)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.9 Indenizações Trabalhistas (3.X.XX.94.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.10 Valor Acrescido pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 546.479,39	R\$ 0,00	R\$ 546.479,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.1 Aposentadorias e Reformas (3.X.XX.01.XX)	R\$ 359.509,45	R\$ 0,00	R\$ 359.509,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.2 Pensões (3.X.X.03.XX)	R\$ 58.625,06	R\$ 0,00	R\$ 58.625,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.3 Benefícios Previdenciários (3.X.XX.05.XX)	R\$ 128.344,88	R\$ 0,00	R\$ 128.344,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.4 Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.XX.92.01 + 3.1.XX.92.03)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
1.2.5 Valor Acrescido pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) (3.1.XX.34.XX+ 3.3.XX34.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (3.X.XX.94.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial (3.1.XX.91.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 – Despesas de Exercícios Anteriores CONSOLIDADO (3.1.XX.92.01+ 3.1.XX.92.03 +3.1.XX.92.04 + 3.1.XX.92.07+ 3.1.XX.92.09+ 3.1.XX.92.11 + 3.1.XX.92.13+ 3.1.XX.92.16)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 546.479,39	R\$ 0,00	R\$ 546.479,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.1 Aposentadorias e Reformas - Somente RPPS (3.X.XX.01.XX)	R\$ 359.509,45	R\$ 0,00	R\$ 359.509,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
2.4.2 Pensões - Somente RPPS (3.X.XX.03.XX)	R\$ 58.625,06	R\$ 0,00	R\$ 58.625,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.3 Benefícios Previdenciários - Somente RPPS (3.X.XX.05.XX)	R\$ 128.344,88	R\$ 0,00	R\$ 128.344,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.4 Salário família - Somente RPPS (3.X.XX.09.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5. Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 7.045.615,16	R\$ 0,00	R\$ 6.646.443,27	R\$ 0,00	R\$ 399.171,89	R\$ 0,00
DTP (Antes da Dedução do IRRF)	R\$ 7.045.615,16		R\$ 6.646.443,27		R\$ 399.171,89	
3 – Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 99.298,52		R\$ 96.066,24		R\$ 3.232,28	
DTP (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 6.946.316,64		R\$ 6.550.377,03		R\$ 395.939,61	

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.



Anexo 9 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL

Quadro 9.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art.29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Receitas Tributárias	R\$ 1.531.578,33
Impostos	R\$ 1.498.291,44
IPTU	R\$ 1.147.744,47
IRRF	R\$ 51.279,59
ITBI	R\$ 184.422,90
ISSQN	R\$ 114.844,48
ITR	R\$ 0,00
TAXAS	R\$ 20.617,25
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00
Juros e multas das receitas tributárias	R\$ 2.341,01
Receita da Dívida Ativa Tributária	R\$ 8.376,17
Juros e multas da dívida ativa tributária	R\$ 1.952,46
Transferências da União	R\$ 6.176.550,83
FPM	R\$ 6.081.093,68
Transf. ITR	R\$ 95.457,15
IOF s/ ouro	R\$ 0,00
ICMS Desoneração	R\$ 0,00
CIDE	R\$ 0,00
Transferências do Estado	R\$ 2.409.028,57
ICMS	R\$ 2.308.284,79
IPVA	R\$ 100.743,78
IPI (Exportação)	R\$ 0,00
TOTAL GERAL	R\$ 10.117.157,73
População do Município	3.845
Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF	7,00%
Valor máximo de repasse	R\$ 708.201,04
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 611.803,85
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 610.634,49

APLIC > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Dados Consolidados do Ente

Quadro 9.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF)

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO	SEQ
-----------	-----------	------------------	-------------------	-------------------	----------	-----



DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO	SEQ
Repasse do Poder Executivo	R\$ 611.803,84	R\$ 10.117.157,73	6,04%	7,00%	REGULAR	1
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 610.634,49	R\$ 10.117.157,73	6,03%	7,00%	REGULAR	1
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 395.939,61	R\$ 611.803,84	64,71%	70%	REGULAR	1
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 395.939,61	R\$ 14.680.040,76	2,69%	6%	REGULAR	1

APLIC > Unidade Gestora: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária. APLIC > Unidade Gestora: Câmara Municipal > Impressões > Anexos da Lei 4.320/64 > DVP > Transferência Intragovernamentais